

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NO
ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ,
MANOEL VIANA – RS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Vagner Guimarães Ramos

Santa Maria, RS, Brasil, 2012

**AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NO
ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ, MANOEL
VIANA – RS**

Vagner Guimarães Ramos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração análise ambiental e dinâmica espacial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a Carmem Rejane Flores Wizniewsky

Santa Maria, RS, Brasil
2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Curso de Pós-Graduação em Geografia**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de mestrado.

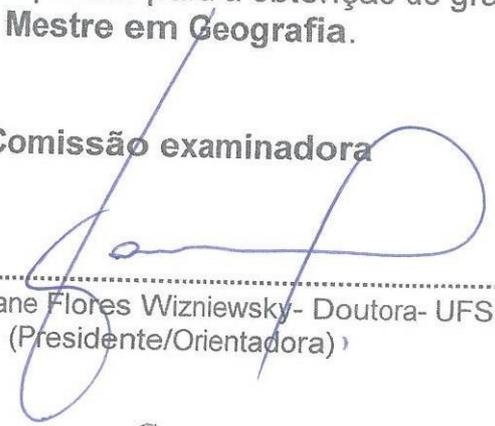
**AS ESTRATÉGIAS NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ,
MANOEL VIANA – RS**

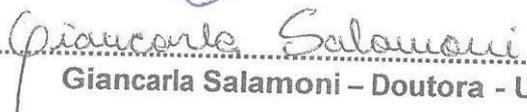
Elaborada por

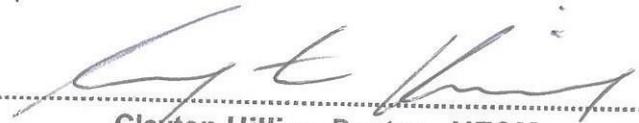
Vagner Guimarães Ramos

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Comissão examinadora


.....
Carmem Rejane Flores Wizniewsky - Doutora - UFSM
(Presidente/Orientadora)


.....
Giancarla Salomoni – Doutora - UFPel


.....
Clayton Hillig - Doutor - UFSM

Santa Maria, 28 de setembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todas as oportunidades à mim concedidas pela Educação Pública de nosso país, bem como, à todo trabalhador e contribuinte que colabora para sua manutenção e aprimoramento.

Agradeço a “melhor” de todas as pessoas, à Dona Vanir, minha mãe, pessoa simples e batalhadora, que mesmo repleta de inúmeras adversidades, jamais deixou de me proporcionar todo o apoio e carinho, em todas as horas.

Agradeço à todo Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET, mas em especial, à Professora Carmen, pelos anos de caminhada.

Agradeço à todos aqueles que de algum modo, contribuíram para a realização desta pesquisa (Emater, Unidade Manoel Viana; Prefeitura Municipal de Manoel Viana, dentre outros), mas acima de tudo, sou muito grato aos Assentados do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, onde sempre fui muito bem recebido ao longo destes anos de pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de “fé” que de algum modo ou de outro, contribuíram nesta trajetória.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, e aos demais professores do Departamento de Geociências desta Universidade.

AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS E PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ, MANOEL VIANA – RS

Autor: Vagner Guimarães Ramos
Orientadora: Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências
Santa Maria, 28 de setembro de 2012.

RESUMO

O presente trabalho busca conhecer e reconhecer como se dá o processo de (re)territorialização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí – Manoel Viana (RS), bem como compreender as estratégias sociais e produtivas ali existentes. Optamos aqui, pela(o) construção/desenvolvimento de uma pesquisa descritiva e explicativa, tendo por base o método observacional, onde buscamos identificar e correlacionar as mais diversas situações apontadas ao longo da pesquisa, fazendo uso de um enfoque crítico. O referido Assentamento foi fundado no ano de 1999, contando inicialmente com 227 lotes, ocupados basicamente por pessoas oriundas do Alto Uruguai, Planalto Médio e Missões. A reforma agrária constituiu-se em uma nova oportunidade de inserção destas famílias, excluídas social, econômica e culturalmente do campo, em decorrência de todo um processo histórico de “evolução” da questão agrária brasileira, marcada por lutas e disputas territoriais. Estas famílias, permaneceram engajadas em diversas lutas e reivindicações do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mesmo depois de assentadas. O Santa Maria do Ibicuí passou por intensas transformações em sua organização social e produtiva ao longo dos últimos 12 anos, vindo a consolidar-se como uma importante área de produção familiar, dentro do município de Manoel Viana, e por que não da Fronteira Oeste do RS. As famílias assentadas caminham em busca de uma produção diversificada, que proporcione a produção de diversos cultivos para autoconsumo, visando a segurança alimentar, com a comercialização do excedente. Os assentados tem no leite, seu principal produto comercial, que chega a ser produzido e comercializado por até 120 famílias em determinadas épocas do ano. No entanto, para que continue o processo de consolidação deste território da agricultura familiar, devemos mencionar alguns problemas que afetam diretamente à todas as famílias, tais como: a baixa incidência de crédito entre os produtores, as precariedades na assistência técnica, e as próprias limitações naturais da área (processos de arenização e formação de ravinas, além da baixa qualidade dos solos), fatores estes que ameaçam a reprodução socioeconômica das famílias em questão.

Palavras chave: Território; Questão Agrária; Assentamentos; Manoel Viana

LAS ESTRATEGIAS SOCIALES Y PRODUCTIVAS EM ASENTAMIENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ, MANOEL VIANA – RS

RESUMEN

En este trabajo se busca conocer y reconocer cómo es el proceso de (re) territorialización en Asentamiento Santa Maria do Ibicuí – Manoel Viana (RS), así como la comprensión de las estrategias sociales y productivas en el mismo. Hemos elegido aquí, por (la) construcción / desarrollo de una investigación descriptiva y explicativa, basada en el método de observación, donde se busca identificar y relacionar las diferentes situaciones resaltadas a lo largo de la investigación, haciendo uso de un enfoque crítico. Dicho Acuerdo fue fundada en 1999, contando inicialmente con 227 lotes, ocupados en su mayoría por personas de lo Alto Uruguai, Planalto Médio e Missões. La reforma agraria se constituye en una nueva oportunidad de inserción de estas familias, excluidos socialmente, económicamente y culturalmente desde el campo como resultado de todo un proceso histórico de la "evolución" de la cuestión agraria, marcado por las luchas y disputas territoriales. Estas familias siguieron participando en diversas luchas y demandas del movimiento de los Sin Tierra, incluso después que establecieron en la tierra. El Santa Maria do Ibicuí experimentó cambios radicales en su organización social y productiva en los últimos 12 años, se consolida como una importante área de producción familiar, en el municipio de Manoel Viana, y por qué no de la Fronteira Oeste - RS. Las familias reasentadas ir en busca de una producción diversificada, que prevé la producción de diversos cultivos para el consumo, orientado a la seguridad alimentaria, y la comercialización de los excedentes. Los colonos tienen leche, su principal producto comercial, que llega a ser producido y vendido por 120 familias en ciertas épocas del año. Sin embargo, para continuar con el proceso de consolidación del territorio de la agricultura familiar, debemos mencionar algunos problemas que afectan directamente a las familias, tales como la baja incidencia de crédito entre los productores, la precariedad de la asistencia técnica, y nuestras propias limitaciones Area Natural (arenization procesos y la formación de cárcavas y la baja calidad de los suelos), los factores que amenazan la reproducción de las familias de nivel socioeconómico se trate.

Palavras chave: Território; Cuestión agraria; Asentamientos; Manoel Viana.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Localização do Município de Manoel Viana | 16 |
| Figura 02: Relevo de coxilhas, com processos de formação de ravinas | 18 |
| Figura 03: Processo de Arenização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana | 18 |
| Figura 04: Mapa da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul | 20 |
| Figura 05: Estradas de acesso ao assentamento: veículo pertencente à EMATER | 22 |
| Figura 06: Mapa de localização do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, no Município de Manoel Viana | 23 |
| Figura 07: Transporte escolar no Santa Maria do Ibicuí | 26 |
| Figura 08: Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Freire | 26 |
| Figura 09 - Posto de Saúde – Assentamento Santa Maria do Ibicuí | 28 |
| Figura 10: Residências no Santa Maria do Ibicuí | 30 |
| Figura 11: Interior das residências do assentamento | 31 |
| Figura 12: Bloqueio da RST 377 | 59 |
| Figura 13: Mapa dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul 2001 | 64 |
| Figura 14: Enchentes do Rio Ibicuí, no Assentamento Santa Maria do Ibicuí | 69 |
| Figura 15: Processos de Arenização | 70 |
| Figura 16: Estágio avançado de arenização no Santa Maria do Ibicuí | 76 |
| Figura 17: Área de preservação/recuperação ambiental | 77 |
| Figura 18: Instalações elétricas junto ao leito do Rio Ibicuí | 78 |
| Figura 19: Cultivo do solo com uso de equipamentos simples | 80 |
| Figura 20: Pomar no Santa Maria do Ibicuí | 85 |
| Figura 21: Parreiral e Bananeiras | 86 |
| Figura 22: Cultivo de abóbora | 90 |
| Figura 23: Cultivo de mandioca e batata-doce | 91 |
| Figura 24: Estrutura para confinamento de galinhas | 93 |
| Figura 25: Porcos para engorde | 94 |
| Figura 26: Situação de estiagem prolongada (ano de 2012) no Assentamento Santa Maria do Ibicuí | 94 |
| Figura 27: Rebanho bovino no Assentamento Santa Maria do Ibicuí | 96 |

| | |
|--|-----|
| Figura 28: Coleta e armazenagem do leite no assentamento Santa Maria do Ibicuí | 98 |
| Figura 29: Situações contraditórias quanto aos locais para ordenha no Santa Maria do Ibicuí | 100 |
| Figura 30: Cultivo de cana de açúcar no assentamento | 103 |
| Figura 31: Suínos sendo alimentados com melancia de porco | 104 |
| Figura 32: Cultivos de mandioca e milho no Assentamento | 105 |
| Figura 33: Paiol para armazenagem de milho | 106 |
| Figura 34: Acúmulo de lixo e desmatamento das margens do Rio Ibicuí | 108 |
| Figura 35: Cultivo de Arroz no Santa Maria do Ibicuí | 109 |
| Figura 36: Lavoura cultivada com soja | 110 |

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01 - Estrutura Fundiária do município de Manoel Viana | 21 |
| Tabela 02 - Grau de estudos da população residente no assentamento | 27 |
| Tabela 03: Infraestrutura de habitação no assentamento | 29 |
| Tabela 04: Produção de hortigranjeiros para consumo familiar e comercialização de excedente, com suas respectivas atuações sob o organismo humano | 84 |
| Tabela 05: Produção de hortigranjeiros para consumo familiar e comercialização de excedente, com seus respectivos efeitos sob o organismo humano | 87 |
| Tabela 06: Criação de animais no Assentamento, e seus respectivos benefícios à saúde | 91 |
| Gráfico 01: Estrutura fundiária do Brasil 2008 | 50 |

LISTA DE ANEXOS

MAPA OFICIAL DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ 120

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 - INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA TEMÁTICA | 14 |
| 1.2 – ALGUNS ASPECTOS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA | 15 |
| 1.2.1 - Aspectos históricos | 16 |
| 1.2.2 - Aspectos naturais | 17 |
| 1.2.3 - Aspectos socioeconômicos | 19 |
| 1.3 - ALGUNS ASPECTOS REFERENTES AO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ | 22 |
| 1.4 – TEMA E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA | 31 |
| 1.5 – OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS | 32 |
| 1.5.1 - Objetivo Geral | 32 |
| 1.5.2 - Objetivos Específicos | 32 |
| 1.6 - METODOLOGIA | 32 |
| 1.6.1 - O método | 33 |
| 1.6.2 - Os procedimentos metodológicos | 35 |
| 2 – O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA | 40 |
| 2.1 - A REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM TERRITORIAL | 41 |
| 3 - QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL | 47 |
| 3.1 – O Movimento dos Sem-Terra (MST) e a luta pela terra | 54 |
| 3.2 – A atuação do MST em Manoel Viana e municípios vizinhos | 57 |
| 3.3 – A formação dos assentamentos rurais: o caso do Rio Grande do Sul | 60 |
| 4 – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ | 68 |
| 4.1 – Aspectos básicos para o desenvolvimento das atividades produtivas | 68 |
| 4.1.1 – As dimensões dos lotes | 68 |
| 4.1.2 – Assistência técnica | 70 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.1.3 | - Acesso ao crédito | 73 |
| 4.1.4 | - Os aspectos físicos da área em questão | 74 |
| 4.1.5 | - Presença de equipamentos e maquinários agrícolas | 80 |
| 4.2 | - As práticas produtivas presentes no Assentamento | 81 |
| 4.2.1 | - Cultivo de frutos, hortigranjeiros, amendoim, feijão e mandioca para consumo familiar com comercialização de excedente | 83 |
| 4.2.2 | - Criação de animais para autoconsumo, com a comercialização de algum excedente e/ou derivados | 90 |
| 4.2.3 | - Pecuária Bovina de corte e leiteira | 94 |
| 4.2.4 | - Criação de equinos | 102 |
| 4.2.5 | - Cultivos para consumo “interno no lote” com comercialização de excedente | 102 |
| 4.2.6 | - Monoculturas exclusivas para comercialização | 107 |
| 5 | - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 114 |

1 - INTRODUÇÃO

Neste princípio de século XXI, o Brasil ainda apresenta-se marcado por intensas disparidades de âmbito social, econômico e cultural. A origem destas desigualdades está intimamente atrelada ao modo de ocupação e colonização do território brasileiro, onde foram priorizados projetos de grandes propriedades, voltadas para monoculturas de exportação. Mais de quinhentos anos depois da ocupação portuguesa, o Brasil ainda apresenta características fundiárias semelhantes ao do período colonial, com significativas contradições em seu espaço agrário (quando mencionamos o rural, estamos também fazendo menção ao urbano, visto que é cada vez mais difícil pensarmos estes dois espaços de forma isolada, sem considerarmos suas relações e interações).

Conforme dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Brasil, as propriedades acima de 1000 hectares representam pouco mais de 1,7% do número total das propriedades rurais, no entanto, ocupando mais de 43% das áreas rurais brasileiras. Deste modo, existem poucos proprietários que possuem muita terra, onde em muitos casos a produção apresenta índices insatisfatórios quantitativamente e qualitativamente, e por outro lado, observamos que aproximadamente 57% dos imóveis rurais são ocupados por agricultores familiares que produzem em áreas inferiores à 25 hectares, o que dificulta as atividades produtivas.

Esta situação decorre não apenas do modo de ocupação/colonização proposta pela coroa portuguesa para o território brasileiro. Aliado a isto, temos o processo “recente” de modernização agrícola, ocorrido na segunda metade do século XX, que contribuiu para a intensificação das contradições e desigualdades no meio agrário do Brasil e por consequência, do Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1960 e 1980, a aquisição de maquinários (plantadeiras, tratores e colheitadeiras) e outras tecnologias (adubos, fertilizantes, pesticidas e inseticidas), ocorreu de modo bastante intenso, porém de forma concentrada, privilegiando os grandes produtores e os mais capitalizados, o que levou ao agravamento na concentração fundiária e o êxodo rural em nosso país, que teve como consequência quase imediata, o

crescimento acelerado das cidades, principalmente as grandes metrópoles (mesmo que na época ainda nem assim fossem consideradas) do início deste século.

É neste contexto de desigualdade e exclusão, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1985, luta pelo direito dos sujeitos excluídos se reinserirem no processo produtivo e garantir o sustento de suas famílias. Desde sua fundação, o MST vem conquistando importantes vitórias, entretanto o processo de reforma agrária apresenta-se lento e complexo.

O Estado do Rio Grande do Sul – RS pode ser considerado o “berço” da luta pela terra, e um dos precursores, na realização de ações destinadas a criação de assentamentos rurais, existindo registros de famílias assentadas na década de 1970. Em uma destas ações, foi criado o Assentamento Santa Maria do Ibicuí, implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no ano de 1999, no município de Manoel Viana, na Região da Campanha Gaúcha, tradicionalmente marcada por aspectos sócio-culturais muito distintos da realidade de um Assentamento de Reforma Agrária, que propõe novas dinâmicas produtivas baseadas em pequenas unidades de exploração familiar.

Esta pesquisa é uma proposta de investigação que têm como objetivo central reconhecer como se dá o processo de (re)territorialização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, bem como compreender as estratégias sociais e produtivas ali existentes.

1.3 – Apresentação e justificativa da temática

A questão agrária brasileira, com seus mais diferentes aspectos (atividades produtivas, relações sociais e culturais estabelecidas no campo, a luta pela terra, dentre outros) apresenta-se de forma bastante complexa, fazendo com que as pesquisas entorno desta temática, assumam um papel de grande importância diante a necessidade de compreensão da realidade agrária brasileira.

Quando pensamos e refletimos a respeito da questão agrária no Rio Grande do Sul, e mais especificamente na Região da Campanha Gaúcha, esta temática torna-se ainda mais instigante, visto que é uma área historicamente ligada a grande propriedade rural com aspectos produtivos, sociais e culturais bastante específicos,

onde nas últimas décadas vem sendo executados projetos de reforma agrária, proporcionando novas configurações em âmbito local e regional.

A Geografia Agrária brasileira detém um campo bastante amplo, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, buscando compreender o meio rural. Dentre as mais diversas temáticas podemos destacar aquelas relacionadas à luta pela terra e a reforma agrária, justamente onde estão concentradas a maioria das pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET.

Boa parte de minha vida acadêmica deu-se em meio ao referido grupo de pesquisa, onde encontrei condições para responder aos mais diversos questionamentos a respeito da luta pela terra e reforma agrária, não só na Região da Campanha Gaucha, bem como em âmbitos gerais. Pelo fato de os questionamentos parecerem intermináveis diante a uma realidade tão complexa, este estudo busca contemplar uma série de pesquisas já desenvolvidas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, bem como no município de Manoel Viana, que culminaram na monografia de graduação intitulada “A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ, MANOEL VIANA – RS.”, apresentada por mim nesta universidade, em Janeiro de 2010 sob a orientação da Prof. Dr. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, com o apoio do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET.

Assim, podemos afirmar que esta pesquisa propõe-se a dar continuidade às mais diferentes formas de investigação neste assentamento, buscando responder aos mais diversos questionamentos, os quais sinto-me na obrigação de compartilhar, não apenas no âmbito acadêmico mas também com a comunidade local (Município de Manoel Viana). A expressão “questionamentos” pode ser compreendida como a busca pelo conhecimento em torno das mais diversas formas de organização interna deste assentamento de reforma agrária, assim como suas relações e peculiaridades socioeconômicas com o município, visando compreender as mais diversas transformações locais ocasionadas pelo assentamento Santa Maria do Ibicuí.

1.2 - Alguns aspectos referentes ao Município de Manoel Viana

1.2.1 - Aspectos históricos

O atual município de Manoel Viana surge no início do século XX, como um pequeno povoado pertencente ao 3º Distrito de São Francisco de Assis, localizado às margens do Rio Ibicuí, servindo de passagem para cavaleiros e carreteiros, importantes meios de transportes da época. O então povoado recebeu o nome de Passo Novo do Ibicuí. No ano de 1938, tal localidade é elevada a categoria de vila e passa a se chamar Vila de Manoel Viana. Este local afirma-se como um importante “elo de ligação” entre a Região das Missões e a Fronteira Oeste do estado.

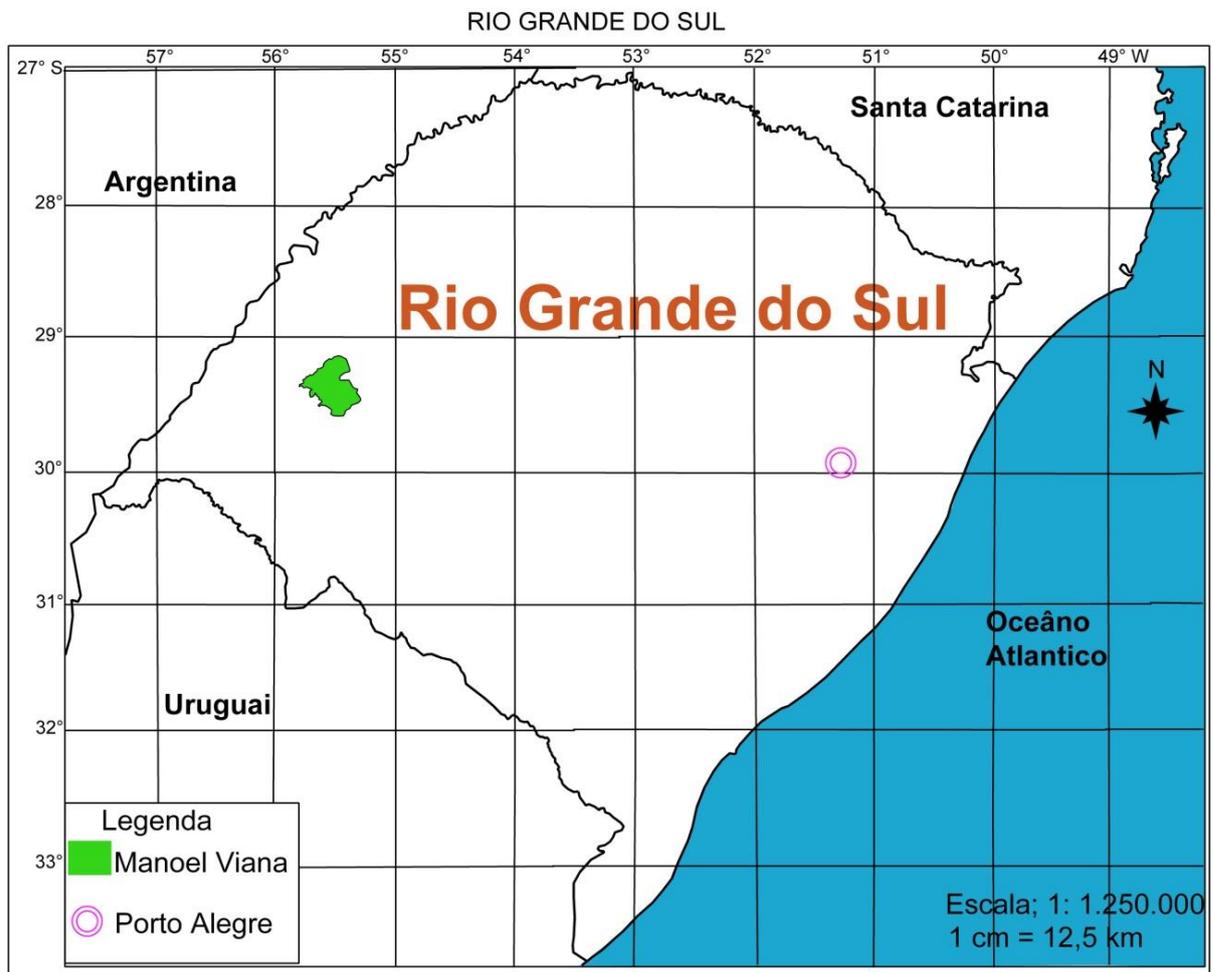


Figura 01: Localização do Município de Manoel Viana
Org.: RAMOS, V.G.

A localidade persistirá com poucas famílias até meados de 1945, momento em que iniciam as obras de construção da Ponte General Osório sobre o Rio Ibicuí. Quando esta é inaugurada em 1950, a população do povoado cresce significativamente, visto que pecuaristas, agricultores e comerciantes começam a se

instalar no local, que passa a constituir um importante elo rodoviário, de ligação entre as referidas regiões. A partir de então o povoado é elevado à condição de Vila Manoel Viana, sede do 2º Distrito de São Francisco de Assis, do qual no ano de 1992, por meio da Lei número 9.542, o Município de Manoel Viana consegue sua emancipação.

1.2.2 - Aspectos naturais

O Sudoeste gaúcho apresenta em seu meio físico, algumas características muito peculiares, que acabam por influenciar sob o modo de vida/atividades produtivas aí desempenhadas. Dentre estes aspectos físicos podemos destacar a hidrografia, o relevo, o clima, os solos e a vegetação.

O município de Manoel Viana situa-se na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí (que se inclui na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai), um dos mais importantes do Rio Grande do Sul. O município em questão, é banhado pelo Rio Ibicuí e alguns de seus afluentes, como o Rio Itú, e os Arroios Pirajú, Caraguataí e Miracatú, que se apresentam como importantes fontes naturais para o cultivo de arroz irrigado em suas várzeas de solos férteis e demais atividades como o turismo, a pesca e a extração de areia.

Outro elemento à ser salientado, são os solos, que neste município assim como em boa parte da Região Sudoeste do RS são marcados por diversas ocorrências de áreas arenosas, sem cobertura vegetal, onde de acordo com SUERTEGARAY (1998, p. 32) “A ocorrência desses areais está associada ao substrato arenítico, até então mapeado para a região sudoeste como formação Botucatu, com cobertura vegetal predominantemente de gramíneas”, que compõem os famosos “campos da região da Campanha Gaúcha”. Estes areais ficam muito suscetíveis aos processos erosivos, tendo como um de seus principais agravantes, a pecuária, visto que o rebanho bovino efetua o pisoteio do solo causando assim sua compactação, o que aumenta o escoamento superficial da água das chuvas, proporcionando a formação de voçorocas, ravinas e consecutivamente a ampliação dos areais.



Figura 02: Relevo de coxilhas, com processos de formação de ravinas.
Fonte: Pesquisa de Campo 2007/2012
Org.: Ramos, V. G. 2012



Figura 03: Processo de Arenização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana.
Fonte: Pesquisa de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V. G., 2012

Apesar da ocorrência dos processos de arenização, o Sudoeste Riograndense não pode ser caracterizado como de clima árido ou semi-árido, mas

bem pelo contrário, possui clima subtropical com precipitação média anual de 1400 mm, sem estação seca definida.

O uso inadequado do solo é o principal agravante dos areais, que afetam diretamente as atividades produtivas no município em questão, constituindo-se assim em um grave problema ambiental.

1.2.3 - Aspectos socioeconômicos

O município de Manoel Viana é subdividido administrativamente em três distritos: 1º Distrito Sede, 2º Distrito Piraju (onde está localizado o Assentamento Santa Maria do Ibicuí) e o 3º Distrito Barragem do Itu. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Manoel Viana possui uma área de 1391 km², com uma população de aproximadamente sete mil habitantes (densidade demográfica de 5,09 hab./km²). Ainda de acordo com dados do IBGE e da Fundação de Economia e Estatística - FEE desta população total, aproximadamente 76% reside em áreas urbanas (que nos conceitos do IBGE, também inclui as “vilas” sedes distritais), e os índices de pobreza atingem aproximadamente 1/3 desta população, motivados basicamente pelo desemprego e/ou subemprego significativamente elevados, o que acaba por gerar intensas desigualdades na distribuição de renda, que repercute de modo direto nas condições de vida das famílias do meio urbano principalmente. Somando-se a isso, temos o setor primário gerando poucos empregos e o secundário praticamente inexistente em Manoel Viana, sobrecarregando o Setor Terciário (comércio e prestação de serviços – saúde, educação, segurança, serviços administrativos, etc.), na geração de empregos.

O elevado grau de urbanização da Região da Campanha Gaucha, pode ser explicado a partir de sua estrutura fundiária, visto que segundo dados da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, de 60% a 90% da área total dos municípios abrigam propriedades acima de 500 hectares, onde são desenvolvidas atividades econômicas (pecuária extensiva de ovinos e bovinos, e os cultivos de soja, milho, trigo, arroz e mais recentemente eucalipto) que demandam pouca mão de obra.

políticas públicas, o PIB oriundo não só do setor primário, mas também dos setores secundário e terciário poderia ser significativamente incrementado em Manoel Viana.

Pode-se observar na Tabela 1, que o grande contraste no município de Manoel Viana, não é a quantidade de propriedades em cada classe (minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades), mas sim à área por elas ocupada dentro do município.

Tabela 01 - Estrutura Fundiária do município de Manoel Viana

| Classe dos estabelecimentos | Percentual de estabelecimentos (%) | Área dos estabelecimentos (%) | Número de estabelecimentos |
|------------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Minifúndios | 32,14 | 2,35 | 152 |
| Pequenas Propriedades | 36,13 | 13,19 | 170 |
| Médias e Grandes Propriedades | 31,73 | 84,46 | 149 |
| <i>Total</i> | 100 | 100 | 471 |

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura/ EMATER/ASCAR
Org.: Ramos, V. G., 2007/2009

Uma observação se faz necessária, quanto ao total de minifúndios e pequenas propriedades, que juntas somam 322 imóveis no município, onde 224 estão situados no Assentamento Santa Maria do Ibicuí. Assim, a implantação deste assentamento, vem a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, que se torna mais expressiva, tanto no percentual de pessoas ocupadas, quanto na produção de produtos tanto para autoconsumo, quanto para comercialização. No entanto, apenas nos últimos anos passa a ocorrer este processo de fortalecimento, devido as dificuldades iniciais, enfrentadas pela comunidade assentada, para se inserir em uma sociedade culturalmente atrelada as grandes estâncias.

1.3 - Alguns aspectos referentes ao Assentamento Santa Maria do Ibicuí

O assentamento em questão situa-se no 2º Distrito Piraju, distante 22 km¹ do centro urbano de Manoel Viana. Aparentemente não é uma distância considerável, no entanto, as vias de acesso não são pavimentadas, apresentando muitos buracos, falta de sinalização e longos períodos sem manutenção, o que acaba por criar dificuldades para as relações sociais e comerciais, entre os assentados e o centro da cidade.



Figura 05: Estradas de acesso ao assentamento: veículo pertencente à EMATER.
Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V.G. 2012

O Santa Maria do Ibicuí é atualmente composto por 224 famílias assentadas, sendo estas em sua maioria provenientes das áreas de colonização (italiana e alemã, principalmente) situadas no norte do Rio Grande do Sul, de regiões como as Missões, Planalto Médio e Alto Uruguai. No entanto, devemos destacar a presença de assentados oriundos da Região Metropolitana de Porto Alegre e até mesmo de outros estados e regiões brasileiras, ou seja, são originárias de áreas muito distintas quanto aos seus fatores culturais e naturais, precisando de um maior período de adaptação, às condições locais.

¹ Falamos aqui, da Sede do Assentamento, onde situam-se à Escola Paulo Freire, o Posto de Saúde, e o centro de atendimento da EMATER, no entanto, algumas localidades do assentamento situam-se à mais de 30km da sede do município.

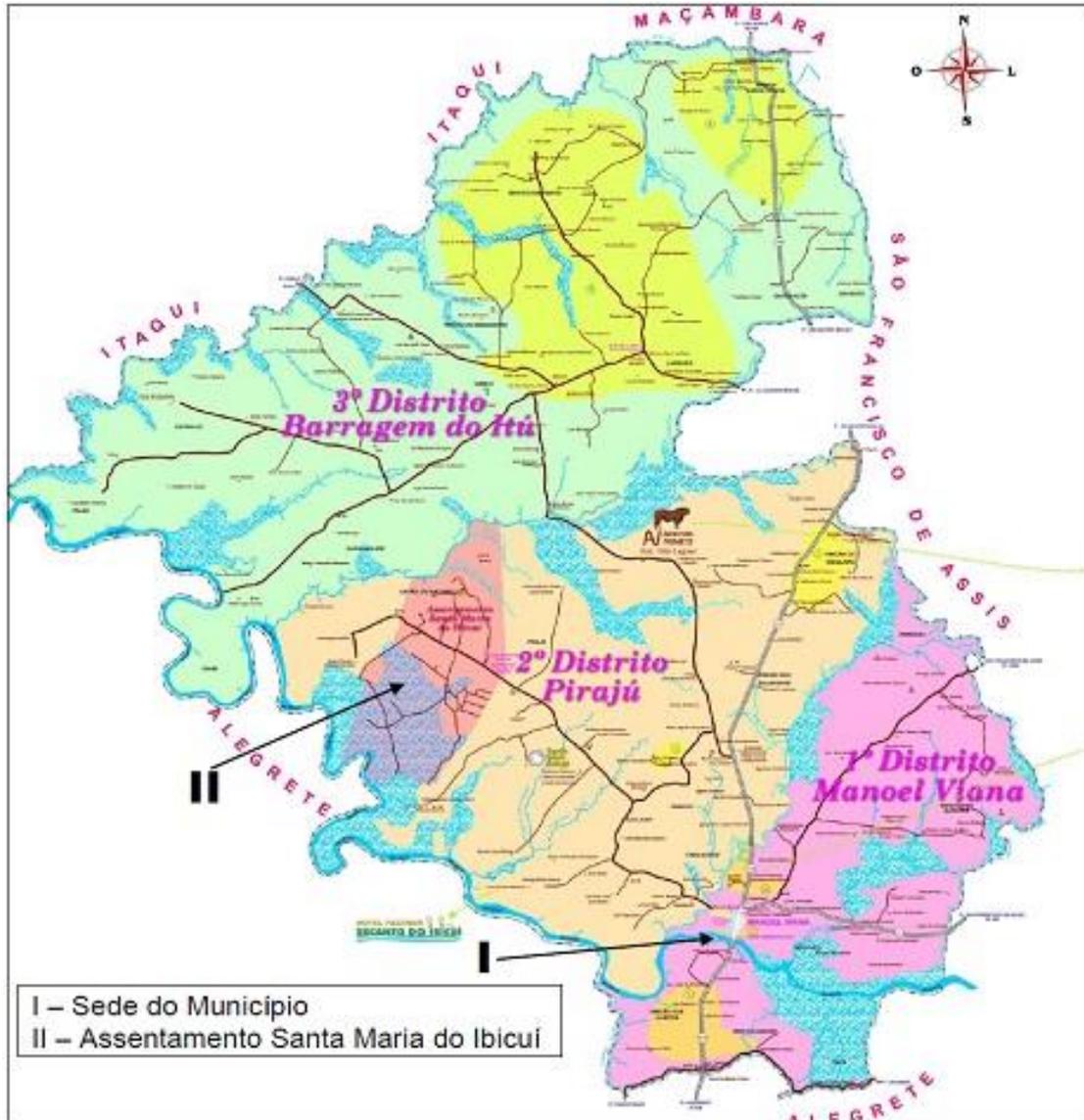


Figura 06: Mapa de localização do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, no Município de Manoel Viana.

Fonte: Prefeitura Municipal de Manoel Viana
Org.: RAMOS, V.G.

Estas famílias ficaram acampadas em média de três a quatro anos, nos acampamentos de Santo Antônio das Missões e Viamão² até que em dezembro de 1999, foram assentadas no local. As famílias assentadas neste local, antes de ingressarem no movimento de luta pela terra, eram de uma ou outra forma ligadas ao campo, possuindo uma identidade com o meio rural, e com a agricultura apesar de em alguns casos, estarem distantes do campo, já outras, tinham vínculo

² Nos últimos anos, um novo grupo de Assentados (aproximadamente 50 famílias) foi beneficiado com lotes no assentamento em questão. Estes “novos” assentados, em sua maioria, ficaram acampados em média 2 anos, no município de Alegrete, em um acampamento bem próximo da divisa com o município de Manoel Viana.

profissional através de atividades agrárias, sendo trabalhadores rurais ou ainda podendo ser agricultores de pequenas propriedades, ou em parceria com parentes.

Atualmente, a maioria dos filhos destes assentados, trabalha na terra, à exceção dos que não tem idade para tal, ou já deixaram a localidade para estudar, trabalhar, ou ingressar no Movimento dos Sem Terra, na busca sua própria parcela de terra.

Praticamente todas as famílias permanecem ligadas ao MST, porém apresentam-se muito descontentes com as lideranças locais do movimento, alegando que falta articulação entre os assentados. A maioria destas famílias aderiu ao movimento, simplesmente pela busca por um “pedaço de terra”, ou pelas diversas necessidades financeiras as quais passavam em centros urbanos onde realizavam atividades de baixa remuneração, ou em atividades agrárias marcadas pelos baixos salários ou dimensões muito reduzidas das propriedades.

O MST e a reforma agrária demonstravam-se para o grupo social em questão, como uma oportunidade de obter um trabalho mais digno e deixar de ser explorado, com baixos salários e ampla carga horária, podendo a partir de então, realizar a gestão de sua própria jornada de trabalho.

As famílias assentadas apresentam-se com grande diversidade, indo desde pessoas que residem sozinhas em seus lotes, à famílias formadas por 6 ou 7 pessoas (estas em menor número). Os beneficiários com as referentes parcelas apresentam em média uma idade de 44 anos atualmente, portanto, ao somarmos o período em que permaneceram acampados, com o tempo de existência do assentamento, percebemos que estes aderiram às causas do movimento dos sem terra, ainda relativamente jovens. Tendência esta, explicada pelos entrevistados, que se sentiam “escanteados” devido ao seu relativo baixo grau de estudos, em sua maioria 1º Grau Incompleto, com seus companheiros(as) em mesma situação de escolaridade.

Constata-se uma grande incidência da Educação Infantil e Ensino Fundamental entre os moradores acima dos 25 anos de idade. Isto se deve em grande parte, as escolas do meio rural que geralmente ofereciam apenas o 1º grau completo ou até mesmo incompleto. Com o “fim” de seus estudos no meio rural, a maioria destas pessoas não se deslocava para o meio urbano dar continuidade aos estudos.

Estas famílias possuem um número bem diversificado de filhos, geralmente variando de nenhum a três filhos, com idades bastante variadas (desde bebês de colo, até adultos, com mais de 30 anos). Aqueles que se encontram em idade escolar, freqüentam a escola diariamente, usando de transporte público, realizado por três veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Manoel Viana (Ver figura 05). Os veículos conduzem os alunos à Escola Estadual Paulo Freire, para séries iniciais, que se localiza no próprio assentamento. Os discentes dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio são conduzidos pelo transporte escolar até a sede do município, onde estudam nas demais escolas públicas da cidade. Devido às grandes dimensões do assentamento, alguns estudantes embarcam nos ônibus (2 veículos, mais precisamente, onde um realiza o percurso Nordeste dentro do assentamento, e o outro efetua o percurso Sudoeste) pouco depois das 5 horas da manhã. Deste modo, alguns alunos que se deslocam até a sede do município para estudar, realizam trajetórias diárias de 5 horas (2 horas e meia na ida para a escola, e 2 horas e meia no retorno ao assentamento), o que se coloca como um problema bastante considerável, para os estudantes e seus familiares, onde existe uma perceptível mudança de “rotina” familiar, visto que o tempo gasto com o transporte reduz o período de convivência da família, além é claro, de influenciar diretamente no rendimento escolar dos alunos. Caso houvesse a possibilidade de continuidade dos estudos (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) no próprio Assentamento, estes jovens teriam provavelmente um maior rendimento escolar, conviveriam mais com a realidade local, e muitos deles ainda poderiam auxiliar nas atividades produtivas, desempenhadas pelos seus familiares.



Figura 07: Transporte escolar no Santa Maria do Ibicuí.
Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012.
Org.: Ramos, V.G. 2012



Figura 08: Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Freire.
Fonte: Pesquisa de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V. G. 2012

Os filhos destes assentados possuem uma escolaridade significativamente maior que seus pais, sendo que muitos destes estão ou já cursaram o Ensino Médio e até mesmo o Ensino Superior, fato este, muito raro entre seus pais.

Tabela 02 - Grau de estudos da população residente no assentamento³.

| Faixa Etária | Analfabeto | Educação Infantil | Ensino Fundamental I | Ensino Médio | Ensino Superior | Total |
|---------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------------|--------------|
| Até 6 | | 25 | | | | 25 |
| 7 a 10 | | 58 | 07 | | | 65 |
| 11 a 14 | | 18 | 28 | 01 | | 47 |
| 15 a 17 | | 04 | 18 | 05 | | 27 |
| 18 a 24 | | 10 | 29 | 08 | 01 | 48 |
| 25 a 40 | | 59 | 72 | 14 | 01 | 146 |
| + de 40 | 11 | 95 | 50 | 06 | | 162 |
| TOTAL | 11 | 269 | 204 | 34 | 02 | 520 |

Fonte: Programa de Recuperação do Assentamento, publicado em 2009.
Org.: Ramos, V.G. 2012

A crescente escolaridade das novas gerações destas famílias está diretamente ligada a terra, pois nas cidades, muitos destes já estariam com amplas jornadas de trabalho (provavelmente de 8 horas diárias), para fins de colaborar com os gastos familiares, o que os afastaria dos estudos mais precocemente.

Outro avanço significativo para estes agentes é a infra-estrutura de saúde já que a comunidade conta com um Posto de Saúde, servido de atendimento médico de segunda à sexta-feira, com plantão 24 horas de um enfermeiro e uma ambulância com motorista. Durante os plantões, os casos corriqueiros são atendidos no próprio local, já aqueles considerados graves são direcionados a sede do município e/ou para as cidades próximas.

³ Observação: nem toda a população residente no assentamento foi entrevistada (Programa de Recuperação do Assentamento).



Figura 09 - Posto de Saúde – Assentamento Santa Maria do Ibicuí

Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012

Org.: RAMOS, V.G.

Quanto às condições de saúde e educação, podemos classificá-las como médias a boas, já que o assentamento possui escola para séries iniciais e transporte escolar para que os alunos acima da 4ª série se desloquem até a sede do município. O atendimento médico é realizado no próprio assentamento ou nas cidades próximas. A partir do momento em que as famílias em questão atingiram estas condições de vida, já podemos considerá-las de certo modo “desenvolvidas”, se as compararmos com as péssimas condições de vida que possuíam anteriormente ao recebimento da parcela, onde eram submetidas ao desemprego e/ou aos baixos salários.

Outra questão a ser salientada, são as condições de moradia, onde predominam residências com dimensões médias de aproximadamente 60m² ou mais, com um número médio de quatro cômodos, onde em sua maioria, são construídas em alvenaria, com forte presença de residências feitas de madeira e ainda ocorrem as casas mistas (alvenaria e madeira) que se apresentam com pequena frequência.

Tabela 03: Infraestrutura de habitação no assentamento

| Padrão Casa | Cobertura | | Piso | | | Instalação Sanitária | | Instalação Hidráulica | | Instalação Elétrica | |
|--------------|-----------|------------|----------|-----------|------------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|---------------------|------------|
| | Telha | Amianto | Terra | Madeira | Cimento/Cerâmica | Sem | Com | Sem | Com | Sem | Com |
| Alvenaria | 42 | 106 | - | 03 | 145 | 01 | 147 | 02 | 146 | - | 148 |
| Madeira | 39 | 25 | - | 04 | 60 | 03 | 61 | 03 | 61 | 02 | 62 |
| Mista | 03 | 11 | - | - | 14 | - | 14 | - | 14 | - | 14 |
| Total | 84 | 142 | - | 07 | 219 | 04 | 222 | 05 | 221 | 02 | 224 |

Fonte: Programa de Recuperação do Assentamento, publicado em 2009.
Org.: Ramos, V.G. 2012

A maioria dos assentados julgavam suas residências como regulares ou precárias, onde enfrentavam graves problemas com os telhados, que não continham as chuvas. Porém não podemos deixar de destacar um fato comum nestas moradias, as mesmas foram construídas logo após o recebimento da parcela, em um momento de adaptação dos assentados ao local, portanto, em um período de muitos “erros” relacionados à organização produtiva, explicados pela falta de conhecimento técnico do lugar. Esses erros acarretaram períodos de ineficiência produtiva e escassez de recursos para investir na produção para o autoconsumo e moradia. Este fato resultou na necessidade de buscar alternativas para a construção das casas, passando-se então a construí-las com material de menor qualidade e disponibilizando o restante da verba para suprir as necessidades básicas das famílias.

No entanto, no biênio 2009/2010 as famílias receberam um novo auxílio do governo federal, para construção e reforma de residências, as quais passaram a oferecer melhores condições de moradia, para a grande maioria dos assentados.



Figura 10: Residências no Santa Maria do Ibicuí.

Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012

Org.: Ramos, V.G. 2012

O abastecimento de água potável se dá geralmente, por poços artesianos (comunitários), construídos ao longo do assentamento para que possam abastecer a comunidade, ou ainda, pelos “poços de balde” (individuais) como são conhecidos, que existem em diversas residências. Algumas áreas dentro do assentamento, principalmente nos locais mais elevados, ainda enfrentavam sérios problemas com o abastecimento de água para uso doméstico, durante o período de estiagens prolongadas, no entanto, no ano de 2012, dois novos poços artesianos foram perfurados, o que provavelmente solucione o problema.

Quanto ao abastecimento de energia, a totalidade do assentamento utiliza energia elétrica, para iluminação ou funcionamento de seus eletrodomésticos, onde os mais comuns de se encontrar são: televisão, freezer, geladeira, lavadora de roupas, aparelho de som, DVD, ventilador, batedeira, liquidificador e forno elétrico.



Figura 11: Interior das residências do assentamento.

Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012

Org.: Ramos, V.G. 2012

Provavelmente, a vasta maioria destas pessoas, não atingiria, senão pela Reforma Agrária, este padrão de “conforto” detectado, fazendo com que as novas gerações também procurem um acesso a terra via reforma agrária, demonstrando a satisfação destas famílias em ter lutado pela terra.

1.4 - Tema e problema da pesquisa

Para o bom desenvolvimento de um estudo científico faz-se necessário a delimitação de um tema, de forma clara e objetiva, estabelecendo restrições à pesquisa, para que esta não torne-se até mesmo inviável.

A pesquisa aqui proposta busca conhecer e compreender o processo de (re) territorialização ocorrido no Assentamento Santa Maria do Ibicuí. Para a concretização desta investigação, faz-se necessário uma compreensão entorno das relações sociais e produtivas existentes no local em questão: Como são as condições produtivas e as relações sociais que aí se estabelecem? Quais são os principais fatores que proporcionam as atuais circunstâncias, e que consequências isto poderá vir a proporcionar para os agentes sociais em questão?

1.5– Objetivos: gerais e específicos

1.5.1 - Objetivo Geral:

Reconhecer como se dá o processo de (re)territorialização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, bem como compreender as estratégias sociais e produtivas ali existentes.

1.5.2 - Objetivos Específicos:

- Compreender como se deu o processo de formação do assentamento, caracterizando os assentados e o ingresso na luta pela terra, a fim de conhecer como se deu a desterritorialização dos sujeitos sociais assentados no local;
- Realizar um resgate histórico, das ações/atuações do MST no Município de Manoel Viana, assim como suas causas e conseqüências sociais, políticas e culturais.
- Investigar as cadeias produtivas do assentamento além de compreender as diferentes estratégias produtivas, onde merece destaque o cooperativismo;

1.6 - Metodologia

Ao longo dos séculos, as relações humanas, bem como a interação do homem com a natureza tornaram-se um tanto complexas. Para o desenvolver desta pesquisa, parte-se de uma pergunta base: como compreender uma realidade dotada de tamanha complexidade? A resposta passa sem dúvida, pelos métodos, que segundo SPÓSITO (2004, p.26) “são utilizados dependendo da própria intencionalidade do investigador”. Desta forma, buscou-se um método que pudesse traduzir cientificamente, as mais diferentes formas de interação existentes na realidade a ser estudada nesta investigação. Sendo assim, optou-se pela construção/desenvolvimento de uma pesquisa descritiva e explicativa, tendo por

base o método observacional, onde buscamos identificar e correlacionar as mais diversas situações apontadas ao longo da pesquisa, fazendo uso de um enfoque crítico. A seguir, falaremos do método e dos procedimentos metodológicos aqui utilizados.

1.6.1 - O método

Bem como lembra Sposito (2004) as discussões entorno do método, não são muito representativas na Geografia, que pouco se aproxima da Filosofia, para desenvolver um debate mais amplo e aprofundado acerca do tema. Isto faz com que muitas vezes não direcionemos o olhar e a atenção necessários para com o método. No entanto, é por este que passam a grande maioria da infinitude de decisões e escolhas a serem tomadas ao longo de uma pesquisa, desde a definição e delimitação de um problema e formulação das hipóteses até a análise e interpretação dos resultados.

Ainda conforme lembra Santos (1996 apud SPÓSITO, 2004, p. 24)

“a questão do método é fundamental porque se trata da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isso um dado a priori, mas uma construção, no sentido de que a realidade social é intelectualmente construída”.

Deste modo, percebemos o método como indispensável na organização de um estudo e/ou pesquisa nas Ciências Sociais. Com isso, uma das etapas mais importantes para a sistematização do estudo aqui proposto, foi a escolha do método a ser empregado. No entanto, esta questão foi solucionada em “comum acordo” com outra pergunta: qual é o objetivo geral desta investigação? (Reconhecer como se dá o processo de (re)territorialização no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, bem como compreender as estratégias sociais e produtivas ali existentes). Partindo desta resposta, passamos a buscar o método mais apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como o cumprimento de seus objetivos: conhecer e reconhecer as mais distintas estratégias de reprodução social presentes no assentamento em questão.

Conforme destaca GIL (1999, p. 34), o método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais, no entanto apresenta-se de forma um tanto inusitada, visto que

... pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

Este método pode ser o único a ser utilizado em uma pesquisa, ou pode aparecer em conjunto com outros métodos e/ou abordagens, no entanto, conforme afirma GIL (1999), qualquer investigação científica dentro das ciências sociais, deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais.

Esta pesquisa busca observar as estratégias sociais e produtivas da área em questão, a fim de que posteriormente, estas possam ser descritas, explicadas e analisadas partindo de um enfoque crítico. Mas qual seria o objetivo de descrever fenômenos e situações, ao longo de uma pesquisa? De acordo com GIL (1999, p. 44) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”, ou seja, desta forma, torna-se possível uma compreensão das mais distintas situações presentes no assentamento, compreendido como um todo (aspectos sociais, culturais, produtivos e ambientais). Uma pesquisa descritiva pode assumir também um caráter explicativo, conforme propõe GIL (1999, p. 44)

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa.

Ainda a respeito da pesquisa explicativa, DA SILVA (2001, p. 21) afirma que esta

[...] visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional.

Observar, descrever e explicar. É deste modo, que construímos e desenvolvemos esta proposta de pesquisa, no entanto, não basta apenas isto. Devemos incrementar esta investigação com uma parcela de criticidade, visto que as situações ali observadas, descritas e explicadas, não podem ser compreendidas em isolado, como se não fizessem parte de um todo, muito mais abrangente e complexo.

Exercer o pensamento crítico é ir além do senso comum, é buscar informações, comparar dados, contextualizar ideias, colocando tudo o que se apresenta para se estabelecer critérios para análise, em uma situação de tensão interna ou de crise. A tensão entre os componentes poderá ajudar no discernimento a partir de uma atitude crítica, porque vai além do senso comum; e é isso que diferencia aquele que reflete, que estuda, do cidadão que não se preocupa em exercer a epistemologia de um conhecimento científico ou filosófico. SPÓSITO (2004, p. 66).

Compreendemos então, que esta, na situação de uma pesquisa científica em nível de pós graduação, necessita sim, de uma porção de criticidade, para fins de compreensão da (re) territorialização no assentamento em questão, bem como as estratégias sociais e produtivas ali encontradas.

1.6.2 - Os procedimentos metodológicos

Na busca por uma maior apreensão/compreensão da realidade, almejamos uma pesquisa que proporcione fortes bases teóricas, para que consigamos compreender a riqueza de informações obtidas empiricamente nos trabalhos de campo. Deste modo, foi realizado um detalhamento das atividades, que basicamente foram subdivididas em cinco momentos, durante a pesquisa.

Em um primeiro momento, nos dedicamos a um aprofundamento teórico e metodológico em relação as temáticas relacionadas à esta proposta de pesquisa, onde podemos destacar:

- O método observacional, sendo desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva e explicativa, e sua importância na busca por uma compreensão crítica e fidedigna da realidade;

- O território como categoria de análise para a Geografia, indo além do material, mas entrando também no subjetivo, buscando compreender as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e (re)territorialização;
- Destacar alguns pontos, que “contribuíram” na formação e consolidação da questão agrária brasileira, que nos auxiliam na compreensão das desigualdades existentes em nosso meio rural;
- O contexto de formação e atuação dos Movimentos Sociais Rurais, com destaque para o MST e seu papel na luta pela terra no Brasil;
- O processo de formação e territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul;
- Na busca pela compreensão das dinâmicas produtivas da agricultura familiar, também se faz necessária uma investigação em torno da importância do cooperativismo/associativismo para tais;

Posteriormente as revisões bibliográficas aqui apontadas, buscamos informações/dados secundários, disponibilizados por fontes oficiais, tais como: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Estadual de Estatística – FEE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – RS e a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Manoel Viana, que venham a contribuir para a investigação aqui proposta.

Em um terceiro momento, foram desenvolvidas entrevistas qualitativas e semi-estruturadas junto aos representantes de instituições relacionadas ao assentamento em questão (lideranças locais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, técnicos da EMATER, e representantes das Cooperativas de atuação junto ao assentamento), sendo que estes terão uma grande importância neste processo de compreensão local, justamente por sua vivência neste contexto social, cultural, econômico, etc.

Fazendo uso dos resultados das fases iniciais, passamos a próxima etapa do projeto (4ª etapa), elaborando os roteiros e os materiais que serão realizados/aplicados nas atividades de campo, de modo que se consiga contemplar as necessidades do projeto, estando sujeito às adaptações sugeridas e/ou propostas pelos entrevistados anteriormente (lideranças locais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, técnicos da EMATER, e representantes

das Cooperativas de atuação junto ao assentamento). Na sequência, serão desenvolvidas as atividades empíricas, dentre as quais destacamos:

- Observações em campo (aspectos ambientais, culturais, sociais e produtivos), que proporcionem uma maior riqueza de detalhes, a respeito do assentamento em questão. Estas observações foram facilitadas por meio dos diversos trabalhos de campo realizados no local, nos últimos 5 anos, o que proporcionou uma significativa experiência de vivência junto a comunidade.
- Elaboração de um banco de imagens que possa auxiliar e enriquecer a pesquisa ao longo de seu desenvolvimento;
- Aplicação de entrevistas qualitativas e semiestruturadas aos assentados em geral, perfazendo um total de 45 entrevistados (número este considerado significativo, dentro de um universo de 227 famílias, mas que também foi influenciado por questões financeiras e logísticas). Durante a realização das entrevistas com as famílias, buscou-se atender as indicações dos representantes dos órgãos e instituições consultadas, afim de que se possa contemplar a pesquisa com uma maior proximidade da realidade local, enfatizando suas estratégias produtivas e sociais, de (re)territorialização;

No entanto, neste momento tornam-se importantes, algumas justificativas, quanto aos “caminhos metodológicos” aqui seguidos. Inicialmente faz-se necessário o esclarecimento quanto ao por que da tamanha importância dada às atividades de campo nesta pesquisa. Para este estudo

[...] o trabalho de campo é [...] um elemento, indispensável da percepção objetiva dos dados de base do raciocínio científico; quando ela está ausente, elaboram-se teorias que só têm relações longínquas com a realidade perceptível e que, por esse motivo, não têm qualquer utilidades social, pois não podem orientar a ação. Tricart (1980, p. 110 Apud CHELOTTI, 2009, p. 52)

Deste modo, somos conduzidos a pensar a pesquisa observacional, descritiva e explicativa como algo amplamente relacionado com o desenvolvimento de atividades empíricas, previamente planejadas, no entanto, sujeitas a alterações, conforme as necessidades e realidades locais. Dentre as atividades empíricas, desenvolvidas junto ao Assentamento Santa Maria do Ibicuí, devemos destacar a elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas, junto aos informantes relatados anteriormente e a própria comunidade assentada. Tais ferramentas de

investigação são de larga importância para esta investigação, visto que nos permitem conhecer de modo mais profundo, as histórias vivenciadas pelos agentes sociais envolvidos. Neste caso a entrevista assume a função de

[...] retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Existem dois tipos de História de Vida - HV: a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (MINAYO,1993). A HV tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. BONI e QUARESMA (2005, p. 73).

Deste modo, torna-se possível um maior conhecimento quanto às condições de vida dos agentes sociais envolvidos, em diferentes fases de suas vidas (anterior e durante a luta pela terra, bem como, após o recebimento dos lotes no assentamento), surgindo aí, informações talvez não obtidas de outros modos. Ponto também a ser enfatizado, é a forma como a entrevista deve ser elaborada e conduzida. Para atender as demandas desta pesquisa, torna-se mais útil, uma entrevista semiestruturada, que proporciona uma combinação de perguntas abertas e fechadas, onde o

[...] informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. [...] Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados [...] BONI e QUARESMA (2005, p. 75)

Os esforços do pesquisador devem, sem dúvida, serem direcionados para a compreensão e apreensão das relações que se estabelecem em nossa sociedade, que bem como lembra Milton Santos, apresenta-se de modo bastante complexa, onde muitos dos detalhes desta realidade talvez jamais seriam percebidos sem a utilização das técnicas de trabalho empírico, preferencialmente aquelas que permitam a convivência e o diálogo, entre os agentes sociais envolvidos e o pesquisador (Chelotti, 2009).

Tratamos então, com bastante cuidado as atividades empíricas, bem como a convivência e as relações que se estabelecem entre o pesquisador e o entrevistado, no entanto, conforme lembra Lacoste (1985 apud CHELOTTI, 2009, p. 11) devemos observar e tratar com bastante cuidado, outras dimensões da pesquisa, sejam elas em campo ou não, onde

O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo corresponde a grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente aprendido; outros, devem ser antevistos em escala menor e é preciso, para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Mediante a pesquisa aqui estabelecida, torna-se indispensável, uma interação bastante ampla entre as reflexões teóricas e as atividades empíricas, a fim de que, esta realidade local possa ser compreendida como componente de um todo, e jamais de modo isolado.

De posse das reflexões teóricas e atividades empíricas já desenvolvidas, passamos para a fase final desta pesquisa, onde buscar-se-á uma interpretação profunda das mais distintas estratégias desenvolvidas pela comunidade assentada no Santa Maria do Ibicuí, bem como a conclusão e a redação final da dissertação de mestrado. Esta compreensão/ apreensão da realidade será atingida (ou pelo menos próximo a isso) por meio de uma detalhada interpretação e compreensão dos dados e informações obtidas ao longo das atividades a campo, buscando sempre que possível, estabelecer as correlações necessárias existentes entre as mais distintas informações, além de enfatizar a relação destas com o todo, muitas vezes já investigado ao longo das reflexões teóricas. Estes dados e informações serão explorados por meio da formulação e interpretação de gráficos, tabelas e planilhas, que irão auxiliar no estabelecimento de categorias, tipologias, dimensões e variáveis estatísticas, que preferencialmente associadas ao todo, nos conduzirão à uma interpretação fidedigna da realidade do local em questão.

2 – O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

No contexto atual, a sociedade em âmbito global, depara-se com complexas e intensas transformações, talvez jamais observadas anteriormente. A Geografia como Ciência deve engajar-se (não que isso anteriormente não fosse necessário, porém neste momento tornasse ainda mais imprescindível) na busca pelo reconhecimento/compreensão destas transformações e das “novas” conjunturas produzidas a partir delas, visto que tais alterações apresentam-se repletas de contradições e questionamentos. No entanto, para que estes “novos” debates e abordagens se tornem de maior relevância não só para a Geografia, mas também para as demais áreas do conhecimento científico, faz-se necessário uma série de revisões teórico-metodológicas, a fim de que possamos (re) formular alguns modos e/ou meios de análise da realidade (social, econômica, ideológica, política, ambiental, etc...) a qual vivenciamos. Alguns geógrafos, como no caso Saquet (2006), defendem que atualmente uma das formas mais interessantes e de maior respaldo para à apreciação da realidade, seja por meio de reflexões teórico-metodológicas e abordagens empíricas, desenvolvidas concomitantemente e em relativo equilíbrio, o que reforça a necessidade de se (re) debater “antigos” conceitos, a fim de torná-los ainda mais palpáveis para a compreensão das mais distintas relações que se estabelecem.

A Geografia, assim como as demais ciências, possui conceitos que são centrais para a compreensão e síntese de sua objetivação. Entendemos aqui, que estes conceitos nos fornecem “o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à Geografia, a sua identidade, e a sua relativa autonomia no âmbito das Ciências Sociais” (CORREA, 2003, p. 16). A Geografia como ciência social, encarrega-se do estudo da sociedade, e sua interação com o meio natural. Para isso, está ancorada em cinco conceitos chave: paisagem, região, espaço, lugar e território.

No entanto, a Geografia vem passando por intensas transformações em suas abordagens e prioridades, desde que foi institucionalizada como disciplina nas universidades europeias, o que acabou por interferir diretamente na forma como

cada um destes conceitos chave são trabalhados, ou às vezes até mesmo negligenciados⁴.

Objetivamos aqui, por uma melhor compreensão do conceito de território, para que a partir deste, possamos compreender a questão agrária brasileira, e a luta pela terra, baseada na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que territorializa-se por meio das mais diversas formas.

2.1 - A Reforma Agrária a partir de uma abordagem territorial

A complexidade da temática da reforma agrária no Brasil está estreitamente relacionada ao processo de ocupação de nosso país, sempre vinculado à tradição da grande propriedade rural, o que causou uma ampla concentração de terras em nosso país. A tentativa de mudança desta situação desigual provoca confrontos políticos e sociais entre as forças que representam as oligarquias agrárias e a massa de expropriados do campo: os sem terra. Com isso reforçam-se as relações/disputas de poder no Brasil, devido à suas formas de ocupação e a recente territorialização do capital, que ocorreu de modo muito desigual, gerando grandes massas de excluídos.

Para a compreensão destas contradições do espaço agrário brasileiro, colocamos a proposta de uma abordagem territorial, a fim de que as múltiplas dimensões do território auxiliem na compreensão da multidimensionalidade da questão agrária brasileira. Assim,

[...] o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar, o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real do poder devem ser elevados a um plano de grande

⁴ Na geografia tradicional (1870 - 1950), houve uma priorização pelos conceitos de região e paisagem. O espaço e o território não se constituíam ainda como conceitos – chave neste momento, embora presentes principalmente na obra de Ratzel. Posteriormente na geografia teórico-quantitativa, o conceito de espaço passa a ser considerado chave, para a compreensão da realidade, deixando os conceitos de paisagem e região em segundo plano. Já o lugar e o território nem ao menos apresentavam-se como categorias analíticas. Na década de 1970, com a geografia crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética, o espaço ressurgiu como conceito-chave para a geografia, centralizando a ampla maioria dos debates. E Por fim, na geografia humanista e cultural, a paisagem e a região são conceitos revalorizados, tendo aí um grande impulso para os estudos do território como categoria analítica. Neste momento, o lugar ocupa o papel de conceito – chave de maior relevância para a apreensão do real, e o conceito de espaço aparece associado ao significado de espaço vivido. (CORREA, 2003)

relevância também quando da formação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, para que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica. SOUZA (2003, p. 100)

Os debates entorno do Território, vão além da Geografia, dentro do campo das Ciências Sociais (abrangendo a Economia, a História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, dentre outras), sendo, portanto, multidisciplinar. No entanto, HAESBAERT (2004, p. 37) ressalta as diferenças de enfoques, dados pelas diferentes áreas do conhecimento a um mesmo conceito

[...] o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões [...], a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado), a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção [...], a Antropologia destaca sua dimensão simbólica [...], a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo [...].

Uma “simples” pergunta: o que é território para a Geografia? Poderia ser respondida das mais diversas e inimagináveis formas, devido à ínfima polissemia deste conceito. Tamanha amplitude de um conceito exige uma eficiente organização das ideias, por parte do pesquisador no momento da organização de um debate ou explanação sobre tal temática, a fim de melhorar sua compreensão. Para isso, seguimos um pouco da proposta de Haesbaert, que reconhece as quatro vertentes básicas, que agrupam as noções de território, indo do materialismo puro, ao mundo simbólico e subjetivo de cada indivíduo.

[...] Política (referida às relações espaço poder) ou jurídico política [...]: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político do Estado; Cultural ou simbólico cultural prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica [...] enfatiza as dimensões espaciais das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho [...]; e Natural, mais antiga e pouco vinculada hoje nas ciências sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações sociedade natureza. Haesbaert (2002, Apud HAESBAERT, 2004)

No entanto, para uma apreensão maior da realidade, somos conduzidos na direção de uma concepção integradora, do território, onde devemos considerar profundamente a importância do dualismo espaço-temporal dos territórios.

O território surge como conceito para a geografia, durante a Geografia Clássica, com Ratzel, onde se apresentou muito atrelado a ideia de Estado-Nação.

O território seria uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano (concepção da zoologia e botânica!). Assim, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade. O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria uma relação de equilíbrio entre a população e seus recursos, seria uma porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (MORAES, 1985, p. 19)

Ratzel estruturou suas ideias entorno de dois conceitos base: território e espaço vital, para auxiliar e até mesmo justificar as políticas expansionistas do Estado alemão. Esta associação de conceitos, desenvolvida por Ratzel, irá repetir-se mais tarde, onde o território reaparece atrelado às ideias de espaço, região, paisagem e lugar, no entanto, em alguns casos, ocorrem amplas confusões entre o conceito de território e espaço, principalmente. Segundo o entendimento de Haesbaert, esta “troca” entre os conceitos, é de grande importância para a apreensão da realidade, ainda mais se nos adentrarmos na ideia de RAFFESTIN (1993, s/p) que propõe a formação territorial, sob uma base espacial, ou seja, o espaço propriamente dito

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Para um melhor entendimento destes embates territoriais, é necessário que se faça uma reflexão a cerca de alguns conceitos propostos, por pensadores com diferentes posições ideológicas e filosóficas, a fim de que possamos ter uma ideia da polissemia deste conceito. Para tal, Souza (1995, p.78 apud BUTH & CORRÊA, 2006 p. 27), propõe o território como “[...] um espaço definido e delimitado por e a

partir de relações de poder [...]”, apresentando-se nas mais diversas escalas e podendo mesmo ser de existência temporária ou se superpor a outros territórios.

Já Tuan (1980 apud BUTH & CORRÊA 2006, p. 26), numa perspectiva mais simbólica, coloca que o território sugere uma apropriação simbólica, na qual estão intrínsecos valores relativos à identidade do indivíduo que estabelece um vínculo afetivo com o lugar. A esta concepção de território dá-se a denominação de topofilia.

Para Haesbaert (2004) o território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle deste espaço. Não obstante, as relações de poder mencionadas abarcam tanto as relações de dominação, quanto às de apropriação, pois conforme o autor, o território não é unicamente político, nem apenas econômico ou cultural e nem mesmo somente natural.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se de um *continuun* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Haesbaert (2005).

É este o caso dos agricultores sem terra, indivíduos desterritorializados que constroem uma identidade social comum chamada de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Vendramini (1994, apud CORREA 2006). Cabe lembrar que o próprio Movimento Sem Terra possui uma dimensão territorial. Com essa concepção, Fernandes

[...] define o MST como um movimento socioterritorial e isso não pode ser dissociado dos processos que desenvolve, dos espaços que constrói e dos territórios que domina. Ressalta ainda que os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento da espacialização e territorialização da luta pela terra. Esses processos são interativos, de modo que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. Fernandes (2000 a; 2000b. apud CORRÊA 2006)

Os territórios podem ser construídos e destruídos em diferentes escalas, onde Haesbaert propõe que

[...] os territórios são construídos através da interação entre natureza e sociedade, mediada por relações de dominação e apropriação. As novas territorialidades criadas, fruto do movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade, através do modo de produção da vida (capitalista), implicam na criação-destruição-reconstrução dos territórios, resultando, também, na desterritorialização de grupos sociais, neste caso os sem terra. Haesbaert (2004 apud CORREA 2006),

A desterritorialização decorre das disputas de poder entre os diferentes segmentos sociais. Para COELHO (1996, p.257), as lutas “[...] são expressões das rupturas dos velhos arranjos de poderes e a emergência de novos, que aí tentam se impor [...]”, de maneira que determinam a (re)organização do território. Nesta perspectiva, desterritorialização, conforme Souza (1995 apud BUTH & CORRÊA 2006, p.28) supõe a exclusão do grupo que anteriormente apropriava-se daquele espaço.

Neste sentido Haesbaert (2004, p. 35) entende que são tantas as concepções existentes sobre desterritorialização, quanto suas respectivas a respeito de território, no entanto simplifica o pensamento exposto por Deleuze e Guattari (1997b: 323 apud HAESBAERT 2004, p. 121) de que a “desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território”, merecendo atenção também para a condição de simultaneidade entre a desterritorialização que servirá de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua territorialidade. HAESBAERT (2004, p. 128).

Assim, a territorialidade engloba uma dimensão analítica, referindo-se também às relações econômicas e culturais, já que “está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” HAESBAERT (2005, p. 677).

Neste sentido, Raffestin aponta que

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. RAFFESTIN (1993, p. 158)

Deste modo, os grupos constroem e desconstroem territórios, e se definem por meio destes, no tempo e no espaço, criando laços de identidade, diretamente ligados a apropriação de territórios, sendo os marcos de orientação de suas práticas e ações. Partindo desse ponto, se faz necessário a abordagem do conceito de territorialização, compreendido

[...] como o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo à subjetividade [...] (HAESBAERT, 2006, p 45).

As ações dos movimentos sociais na luta pela terra contribuem para que a reforma agrária aconteça, (re)territorializando agentes sociais excluídos do campo, por meio das relações de poder existentes neste. Desta forma, para Fernandes (1996, p. 241) a territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território, e o assentamento como território é um trunfo na luta pela terra.

3 - QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Para que possamos compreender a situação/estrutura fundiária do Brasil e suas implicações territoriais, é necessário retrocedermos ao período colonial, onde a metrópole portuguesa implantou um modelo econômico voltado para o abastecimento do mercado europeu, corroborando assim com a concentração dos meios de produção e dos recursos provenientes destes.

No período colonial, Portugal necessitava ocupar rapidamente o território brasileiro, para manter sua posse, devido a isso colocou em prática uma política econômica baseada na grande propriedade rural, tendo como base o trabalho escravo, para a produção de matérias-primas (monoculturas) a fim de abastecer a metrópole. Inicialmente Portugal instituiu as Capitanias Hereditárias de grandes dimensões, concedidas a pessoas influentes junto à coroa. Estas capitanias eram áreas que se estendiam paralelamente à Linha do Equador, indo do litoral até o Tratado de Tordesilhas.

Política semelhante, desenvolvida posteriormente, foi à distribuição das Sesmarias, concedidas a pessoas com potencial para explorá-las, fazendo uso de trabalho escravo. A partir de então ganham impulso no Brasil, as atividades agrícolas que deveriam suprir as necessidades da metrópole, como o caso da cana-de-açúcar, instaurando-se então um modelo de exploração totalmente voltado aos interesses portugueses, consolidando-se aí a estrutura fundiária brasileira, que até os dias de hoje mantém em grande parte suas características coloniais.

Quanto à formação fundiária do Brasil, devemos destacar também a influência das “bandeiras”, atividades exploratórias, que constituíam em expedições dirigidas ao interior da colônia, abrangendo até mesmo terras espanholas naquele período, onde eram formadas extensas fazendas, geralmente ocupando terras devolutas, para criação de gado, sendo este de origem selvagem.

No decorrer desse processo foram estabelecidos ciclos marcantes como

[...] o ciclo da agricultura tropical da cana-de-açúcar, da pecuária, da economia escravista mineira do ouro, ascensão da economia cafeeira e após o século XX a industrialização [...] sempre de alguma forma vinculado a aristocracia rural e ao latifúndio. FURTADO (1998).

As principais atividades econômicas, tais como a agricultura e o café favoreceram a ascensão de grandes propriedades, já a pequena propriedade ganha

em importância apenas com a chegada de imigrantes europeus no sul do país, fato este ocorrido bem mais tarde.

Durante o século XIX, o latifúndio se consolidou no Brasil, após a abolição das sesmarias. Neste momento a aquisição de “novas terras” exige o reconhecimento legal da propriedade, sendo este obtido única e somente por meio da compra, como estabelece a Lei das Terras, que implantada em 1850, tinha por objetivo:

[...] 1) prohibir la adquisición de tierras por otro médio que no sea la compra (Art. 1º) y, por consiguiente, extinguir el régimen de posesión; 2) elevar los precios de las tierras y dificultar su adquisición (el Art. 14 determinaba que los lotes deberian ser vendidos em subasta pública com el pago a vista, fijando unos precios mínimos que eran considerados superiores a los vigentes em el país); y 3) destinar el producto de las ventas de las tierras a la inmigración de colonos. Guimarães (1981 APUD WIZNIEWSKY, 2001, p. 188)

Deste modo, novas áreas só poderiam ser adquiridas por meio da compra, sendo esta um privilégio de poucos, o que agravava e acentuava as problemáticas sociais na época, tendo repercussão décadas mais tarde.

Com a implantação da República em 1889 (República Velha, 1889 - 1930), os estados passam a exercer maiores poderes, o que significa dizer que contribuíram para a ampliação da concentração de terras, visto que ambos (poder político e posse de terras) persistiam muito atrelados. “Surge em este contexto, concretamente em 1907, una ley que llega al punto de prohibir el acceso a la propiedad de tierras por parte de los brasileños, em los núcleos coloniales, em una proporción mayor al 10%.” Wizniewsky (2001, p. 189). Esta lei é mais uma demonstração clara, dos esforços do governo da época, em manter a concentração de terras, garantindo assim, a formação e manutenção, de um contingente de mão de obra “livre”, a serviço principalmente dos cafeicultores. Guimarães (1981 Apud WIZNIEWSKY, 2001, p. 189)

Transformações significativas voltam a ocorrer após a crise econômica de 1929 (durante a República Nova, 1930 - 1945), quando o setor cafeeiro perde importância e da liberdade para o crescimento do setor industrial em nosso país, acarretando em inúmeras transformações, com o aumento na demanda por matérias-primas e produtos para abastecer o mercado interno. Graziano (1980)

Neste período de intensas e profundas transformações (não apenas no Brasil, visto que o mundo encontrava-se abalado pela Primeira Guerra Mundial, situação esta que poucos anos mais tarde se repetiria com a Segunda Grande Guerra), uma parte dos latifúndios é desmembrada em pequenas propriedades, adquiridas por trabalhadores rurais, ou por pequenos proprietários rurais (geralmente colonos europeus), que passam a produzir e a abastecer o mercado consumidor interno de nosso país, em franca ascensão em decorrência do crescimento urbano industrial. Temos então, uma ampliação do número de pequenas propriedades durante a década de 1930. No entanto, o latifúndio se reorganiza e se fortalece rapidamente, o que contribuiu para a geração/intensificação de conflitos no meio rural brasileiro. Wizniewsky (2001).

Em 1946, temos o Decreto de Lei nº 9.760, que buscava identificar terras devolutas e ociosas (antigas áreas agrícolas com solos empobrecidos, ou na Região Norte do país), bem como disciplinar os meios de acesso as terras nestas condições. Não chegava a se tratar de uma política de reforma agrária, mas sim, de uma nova medida do governo para a ocupação e exploração das áreas rurais (antigas áreas decadentes, ou novas áreas), não garantindo necessariamente uma melhor distribuição de terras em nosso país. Wizniewsky (2001).

No período posterior a 2ª Guerra Mundial, a indústria se consolida através de capitais oriundos da elite agrária, muitas vezes associado aos investimentos realizados por grandes empresas estrangeiras, em um momento de abertura econômica em nosso país. Isto nos leva em direção à construção dos atuais Complexos Agroindustriais – CAI's. Esta união entre oligarquia agrária e indústria favorece a manutenção – expansão da grande propriedade rural no país. As pequenas propriedades que surgem aliadas também a colonização, passam a direcionar-se para o abastecimento do mercado interno, como ainda ocorre em grande parte até os dias atuais, cabendo as grandes propriedades a produção para exportação.

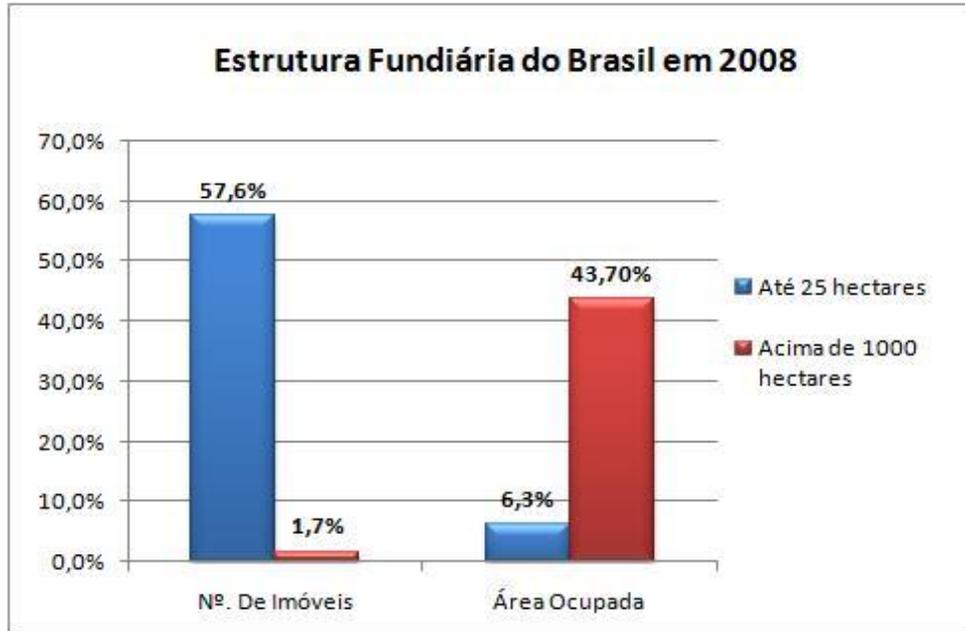


Gráfico 01: Estrutura fundiária do Brasil 2008.

Fonte: INCRA (2008);

Org.: Ramos, V.G 2011.

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a concentração fundiária em nosso país se mantém, com proporções alarmantes. Pequenas propriedades até 25 hectares somam a extrema maioria dos imóveis (57,6%), porém ocupando apenas 6,30% do território, o que demonstra a intensa concentração de terras, onde apenas 1,7% das propriedades possuem mais de mil hectares, porém ocupando 43% do território.

Pelo fato do objeto de estudo desta pesquisa situar-se no Rio Grande do Sul, em uma região marcada historicamente pelo latifúndio e pela cultura estancieira, onde desenvolveu-se aquilo que poderíamos chamar de “cultura estancieira” também se faz necessária uma revisão acerca da formação deste, e suas implicações para o aprofundamento das desigualdades no território, contribuindo também para o acréscimo nas demandas por terra e no surgimento de movimentos sociais.

O atual estado do Rio Grande do Sul passa a ser explorado tardiamente, devido a sua localização e principalmente a ausência de produtos que pudessem interessar a metrópole. Esta exploração se inicia com as bandeiras que vem em busca de mão-de-obra escrava nesta região, principalmente nas Missões dos Padres Jesuítas, onde a experiência com as atividades agrícolas já era reconhecível.

Mas a situação que se impunha, provavelmente conduziria os índios das missões à extinção. Com isso eles foram obrigados a abandonar suas terras e principalmente seus rebanhos, que ficam soltos no território rio-grandense, vindo a formar a “Vacaria do Mar”, que serviria mais tarde de base para a ocupação do território do Rio Grande do Sul. Pesavento (1997).

Dessa forma, o gado gaúcho passa a ser capturado e conduzido até os centros consumidores, fato este que desperta o interesse da metrópole, em ocupar e explorar esta área, além de manter sua influência na região do Rio da Prata. Mas a exploração do gado desta região não iria perdurar por muito tempo, pelo grau em que se demonstrava, foi então que a coroa passa a ocupar esta área e integrá-la as demais regiões da colônia.

Com o aumento dos interesses portugueses no Rio Grande do Sul, inicia-se a doação de Sesmarias a tropeiros e militares, que passam a prestar favores aos portugueses. Foi deste modo, com a doação destas áreas, muitas vezes com milhares de hectares, que se instalam as raízes do latifúndio neste Estado.

No entanto, o desenvolvimento apresentava-se lento nesta porção do território que hoje vem a ser o Rio Grande do Sul, e isto deve-se em grande parte as guerras, geralmente ocasionadas pelas disputas fronteiriças, que tiveram como cenário este Estado, que obteve seu desenvolvimento tardiamente.

Mas para que esse desenvolvimento ocorresse era necessária uma ampliação demográfica na região, para isso seria necessária uma transformação na estrutura agrária. Esta situação sofreu grandes transformações com a chegada das primeiras levas de imigrantes, dando destaque para os alemães que aqui chegaram no início do século XIX, recebendo colônias com aproximadamente 75 hectares. No entanto, os colonos de origem italiana também são muito representativos, porém chegaram mais tarde e receberam áreas muito menores, geralmente inferiores a 20 hectares, nas áreas de encostas e com matas, que passam a dar maior impulso para o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Durante um longo período a economia do Rio Grande do Sul dependia da pecuária e posteriormente do charque, que proporcionou desenvolvimento para a região sul do Estado (Pelotas e Rio Grande). No entanto, com a chegada dos imigrantes, iniciam-se novas atividades, tais como a agricultura, comércio e posteriormente a indústria, contribuindo para a diversificação produtiva no estado.

Hoje a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul pode ser dividida em dois

setores, um constituído por grandes propriedades ligadas a pecuária extensiva e a produção de arroz, e outro formado por pequenas propriedades voltadas para a agricultura familiar com emprego de mão-de-obra familiar. Wizniewsky (2001)

Se o contexto apresentado já era de desigualdades, com o século XX veio também à modernização agrícola no Brasil, que contribuiu profundamente para estas desigualdades tornarem-se ainda mais expressivas em nosso país, incluindo-se aí em larga escala, o Rio Grande do Sul.

O período posterior a Segunda Guerra Mundial foi marcado por profundas transformações em nível global. No Brasil a indústria demonstrou crescimento e afirmação, e o campo passou por uma verdadeira revolução tecnológica, que conduziu a uma intensa modernização do meio rural, onde passam a predominar a aplicação de insumos e a utilização de equipamentos e maquinários modernizados.

Inicia-se então um amplo desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com o abandono da política de substituição das importações, passando a vigorar um modelo modernizado, surgindo então os Complexos Agroindustriais (CAIs), baseados na oligarquia rural, pressionada pelos movimentos sociais e pelo capital do setor urbano, mais moderno.

A respeito da introdução do capitalismo no campo brasileiro, pode-se constatar que

a agricultura brasileira evoluiu de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama de complexos agroindustriais. Na constituição desses complexos agroindustriais começa a haver e se aprofundar uma integração entre capitais, os grandes bancos e os maiores grupos industriais são também os maiores proprietários rurais desses complexos. SILVA (1994 p. 138)

Com isso pode-se dizer que este desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ocorre baseado no capital internacional, onde o papel das empresas multinacionais torna-se crescente, mantendo assim, o meio rural subordinado aos seus interesses.

Esta modernização ainda aparece apoiada em outros fatores, tais como o crédito rural que facilitou o desenvolvimento dos setores produtores de insumos e maquinários que se tornaram mais acessíveis, o que trouxe como consequência a maior subordinação do pequeno produtor, que não conseguia acompanhar o mesmo ritmo de especialização produtiva e dependência de insumos, que são

características dos grandes produtores, gerando a exclusão dos produtores com menor capitalização.

Por consequência desta modernização, tem-se uma série de fatos, transformações e agravamentos, tais como: a degradação ambiental; o sistema econômico visando satisfazer as elites, proporcionando o aprofundamento nas desigualdades sociais e; significativas transformações na dieta alimentar. Em parâmetros um pouco mais amplos, podemos destacar também a crescente influência do neoliberalismo a partir da década de 1990 na agricultura brasileira, trazendo o fim das barreiras comerciais, contribuindo para a queda no preço interno dos produtos agrícolas, além das práticas monopolistas, em ascensão, por meio dos processos de fusão entre multinacionais, agravadas com a Lei de Patentes instaurada no ano de 1992.

Deste modo, o meio rural de nosso país passa a ser ainda mais excludente, pois aqueles que não possuem o capital exigido para ingressar no sistema produtivo, com suas tecnologias necessárias, ou não conseguem se adaptar as normas comerciais estabelecidas pelo neoliberalismo passam a integrar uma grande massa de excluídos, que faz com que as demandas por terras e consequentemente pela reforma agrária aumentem no Brasil.

Concomitante a isso Oliveira aborda o processo de expropriação pelo capital e a reconcentração das terras onde

[...] há, portanto um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, onde o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno, que muitas vezes opta pela ampliação em outra região na Amazônia ou Centro-Oeste, por exemplo; ou que tenha sido vítima da proletarianização, com consequente migração para as cidades. OLIVEIRA (1994, p.64)

Neste sentido, pode-se aferir que o capitalismo está fazendo com que os setores industriais e agrários tornem-se mais unidos, através do capital, que serve á ambos e geralmente tem a mesma origem.

Neste cenário de desenvolvimento dos complexos agroindustriais (CAIs), o foco das atenções é o capital e consequentemente o lucro. Exemplo disso são as tamanhas degradações que ocorrem, em virtude da falta de compromisso com as questões ambientais, sociais e culturais.

Pode-se dizer então, que nosso país vive um cenário de concentração fundiária, devido as condições/formas como o território foi ocupado e pela modernização agrícola, baseada no capital fazendo com que aumente as necessidades da realização de uma reforma agrária ampla e participativa, com fins de (re)territorializar agentes sociais excluídos do campo, pelo modelo econômico em vigência, ou pela evolução histórica de nosso território.

Portanto, devemos compreender a reforma agrária como “O conjunto de medidas que busca uma melhor distribuição da terra, mediante a modificação do regime de posse e uso, com a finalidade de atender os princípios da justiça social e o aumento da produtividade”. CASSOL (2007, p. 30) Mas para que esta ocorra amplamente, se fazem necessárias transformações políticas em nosso país, onde percebe-se uma concentração do poder político nas mãos dos mesmos agentes, à séculos.

3.1 – O Movimento dos Sem-Terra (MST) e a luta pela terra

O Brasil, historicamente é marcado por fortes conflitos em seu meio rural, principalmente desencadeados pela questão da posse e uso de terras, onde pode-se destacar os agricultores sem terra e os pequenos agricultores, que fazem frente aos grandes proprietários de terras. Conforme Wizniewsky (2001), o histórico desta luta pela posse da terra pode ser dividido em três períodos, sendo o primeiro, anterior a Lei das Terras de 1850, onde Guimarães propõe que esta lei tinha por objetivos:

1º) proibir a aquisição de terras por outro meio que não fosse a compra e, como consequência extinguir o regime de posse; 2º) elevar o preço das terras e dificultar sua aquisição; 3º) destinar o produto da venda das terras para a imigração dos colonos [...] o principal objetivo da Lei de Terras era obrigar o imigrante a trabalhar nas grandes fazendas de café, o que mais uma vez beneficiava os latifúndios. Também cabe ressaltar a Lei Áurea, de 1888, que proibiu o trabalho escravo, deixando milhares de trabalhadores negros livres. Porém, sem poder ter acesso a terra, já que não tinham recursos para comprá-las. Guimarães (1981, apud LOSEKANN, 2008, p. 19)

Com isso aumentava-se as dificuldades para obtenção de terras onde principalmente os escravos abolidos e imigrantes, não constituíam o grupo de

detentores de capital, que resumia-se à uma pequena parte da população, o que por si só já agravava as desigualdades sociais no que hoje vem à ser o Brasil.

O segundo período seria compreendido entre 1850, ano da implantação da Lei das Terras e 1964, ano este marcado pelo “Golpe Militar” e o último período desta luta, tem seu início no pós – 1964 nos anos de ditadura militar que se seguiram e posteriormente, com a retomada da democracia, em 1985.

No final dos anos 1970 alguns fatores determinam a emergência de movimentos sociais rurais, no sul do Brasil, isto se deve em grande parte a alguns acontecimentos como

[...] a liberalização política que antecedeu a transição democrática brasileira; os profundos impactos da modernização capitalista em áreas rurais, incluindo aí o fechamento da fronteira agrícola e a elevação dos preços da terra; a decisiva ação dos “setores progressistas” das Igrejas Católica e Luterana e; as características socioculturais das regiões de “colônia” nos três estados do sul, desenvolvendo um sentido de identidade social, nas comunidades rurais, raramente encontrado em outras regiões. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 26)

No início dos anos 1980 já surgia o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no interior do Rio Grande do Sul, logo após surge o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) com suas bases apoiadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Já no período posterior a ditadura militar (1985), emergiu com muita força na luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST⁵, que se tornou um ponto de convergência dos movimentos existentes até então. Este movimento passa a contar com o apoio de instituições religiosas e sindicais, além de partidos políticos, em sua organização. Este movimento torna-se

⁵ De acordo com Leite e Medeiros (1999) o MST tem sua história dividida em três fases: a primeira estender-se-ia do início dos anos 80, quando iniciará a organizar-se, mobilizando os primeiros contingentes de sem terra, em sua maioria provenientes do RS e de SC, passando por sua estruturação formal em 1985, indo até o ano de 1986 quando o movimento ainda se apresentava basicamente sulista; a segunda fase ocorre entre meados de 1986 e 1993, quando o movimento passa a substituir as ações pacíficas, por atos de maior confronto quando necessário, deixando de lado as mediações religiosas usadas anteriormente, nesta fase o MST transfere sua sede do Rio Grande do Sul para São Paulo, onde permanece até hoje, também neste período passou a dialogar preferencialmente com o governo federal, devido à retomada democrática, foi neste período que houveram as maiores conquistas do movimento, em termos de concretização de assentamentos, quanto a adesão de pessoas ao movimento que no final desse período passa por uma espécie de crise devido à atuação contrária a esta luta, como a União Democrática Ruralista (UDR), aliado à questionamentos à respeito de como se daria a organização destes assentamentos, que passaram a incorporar ideais cooperativistas, tidos como grande resultado da mistificação ideológica alcançada por este movimento; e o terceiro período deste movimento inicia-se em 1994 com uma certa perda de credibilidade deste movimento perante os demais movimentos sociais no Rio Grande do Sul, mas também pelo incrível avanço do movimento no estado de São Paulo. Destaca-se também neste período, uma série de episódios trágicos, ocorridos em estados do Norte do país, fazendo com que a pressão pela reforma agrária aumentasse em nível nacional.

sem dúvida o maior ator na luta pela terra em nosso país, Wizniewsky (2001), baseado em pressões sociais que acabaram por gerar episódios violentos em nossa história recente, agravados pela rotineira concentração de terras e poder político, nas mãos dos mesmos agentes.

A organização deste movimento está ligada a três fatores: econômicos, sociais e políticos. Görge & Stédille (1998, apud WIZNIEWNSKY, 2001) Os fatores econômicos baseavam-se na ocorrência da mecanização da produção e a adoção de insumos químicos acabaram aumentando a concentração de terras, no período de ditadura. Quanto aos fatores sociais, estes giram em torno da saída do homem do campo, pelas pressões da modernização agrícola, que levaram estes a migrar para as regiões Norte e Centro - Oeste do país, onde fracassaram e tiveram de regressar ao sul do Brasil, restando-lhes como alternativa, juntarem-se aos demais reféns do êxodo rural, nos grandes centros urbanos, onde cresciam os problemas de cunho social.

Quanto às questões de natureza política, merece destaque a atuação da Igreja Católica por meio da Pastoral da Terra (CPT), onde estes buscaram conscientizar principalmente os sem terra, sobre seus direitos, dando-lhes apoio em sua organização. Além disso, as organizações sindicais tornam-se mais críticas e com o fim da ditadura militar, crescem as esperanças por melhorias sociais e uma reforma agrária mais ampla. Wizniewsky (2001)

O MST traçou desde sua fundação, no ano de 1985, objetivos claros, tais como: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. As reivindicações deste movimento baseiam-se fortemente na busca pela desapropriação de latifúndios, uma política agrícola voltada para o pequeno produtor, autonomia para as áreas indígenas e definição de um limite para o tamanho das propriedades rurais entre outras reivindicações também ligadas a possibilidade de permanência no sistema produtivo. Wizniewsky (2001)

As diferentes formas de mobilizações dos movimentos sociais do campo, principalmente o MST, têm como objetivo chamar a atenção da sociedade e do governo para as reivindicações propostas pelo movimento. As formas de mobilização e manifestação propostas pelos movimentos sociais não são convencionais, pois necessitam atrair a atenção, ou seja, chamar a atenção da opinião pública, como forma de pressionar as entidades gestoras. Esta “pressão” se dá através de “marchas”, ocupações de prédios públicos, acampamentos

permanentes, ocupações de latifúndios improdutivos, dentre outras formas que acabam por forçar os governos a negociar com este movimento social.

Além do reconhecimento nacional e internacional da necessidade da realização uma reforma agrária plena, uma das maiores conquistas do MST é a instalação dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, que constituem uma forma de territorializar a Reforma Agrária, relacionando-os diretamente com dinâmica de Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização dos agentes sociais envolvidos, no caso os assentados.

3.2 – A atuação do MST em Manoel Viana e municípios vizinhos

O Assentamento Santa Maria do Ibicuí tornou-se um marco para o município de Manoel Viana, bem como para Alegrete e São Francisco de Assis, no momento em que este passa a representar um importante núcleo de lutas sociais, políticas, econômicas e culturais nestas cidades.

Por meio de um resgate histórico realizado em sites, jornais e rádios, aliado à entrevistas junto à lideranças do MST em Manoel Viana, bem como alguns apoiadores, tornou-se possível realizarmos um breve histórico da atuação deste movimento social nos referidos municípios.

As primeiras atividades deste movimento após a realização do Assentamento em Manoel Viana, deram-se nos anos de 2001 e 2002, quando foram realizadas duas ocupações junto à Prefeitura Municipal. Tais atos contaram com a participação de centenas de Assentados de reforma agrária do município, que reivindicavam melhorias infraestruturais, principalmente quanto às condições de educação⁶, saúde e acessos, visto que as estradas se encontravam em estado precário, e o Assentamento não contava com posto de saúde.

Estes dois atos tiveram grande repercussão, não apenas em Manoel Viana, bem como nos demais municípios da Fronteira Oeste, que provavelmente nunca haviam presenciado uma mobilização social de tamanha grandeza. O repúdio veio

⁶ A infraestrutura de educação ficava a cargo do Governo do Estado. Durante estas duas ocupações, uma das exigências, era o comparecimento de representantes da 10^o Coordenadoria Estadual de Educação, sediada na cidade de Uruguaiana.

de várias formas, por meio da mídia, que serviu (não que ainda não sirva) aos interesses das elites regionais para criminalizar tais manifestações.

Com isso, podemos constatar que os primeiros anos, logo após a instalação do Assentamento, as lutas sociais do MST direcionavam-se por melhorias infraestruturais, ou seja, tinham como “alvo” principal a Prefeitura Municipal, que acabou por ceder em muitos dos aspectos e reivindicações do movimento, fazendo com que houvesse a partir de então, uma presença mais intensa do diálogo e das discussões em situações mais “pacíficas”.

Isto gerou uma maior aproximação do movimento com a Prefeitura Municipal, mas não necessariamente ao enfraquecimento do MST. O MST ganha sobrevida e novas “energias” com a criação/autorização do Assentamento Unidos pela Terra, no ano de 2009, na localidade do Passo Novo (Município do Alegrete), distante menos de 20km da cidade de Manoel Viana. Neste momento os Assentados do Santa Maria do Ibicuí assumem um importante papel, no momento em que acolhem e proporcionam “melhores” condições para as dezenas de famílias que chegam e ainda permanecem aproximadamente dois anos acampadas junto as margens da RST 377 na localidade do Passo Novo, distante 15km de Manoel Viana, em direção ao Alegrete.

Neste momento (ano de 2009) o “impacto” gerado pela chegada deste contingente de sem-terra, agora assentados, é um tanto menor, no entanto, não quer dizer, que ocorrerá menos preconceito por parte da comunidade local. Os já assentados no Santa Maria do Ibicuí, auxiliaram estes novos companheiros de lutas na Fronteira Oeste, doando alimentos, roupas, cobertas, lonas, e até mesmo, recentemente na construção de casas, galpões, cercas e preparação do solo já no Assentamento Unidos pela Terra. Isto proporcionou até mesmo, uma melhor adaptação às condições físicas, econômicas e sociais dos recém assentados a situação local e regional.

Em agosto de 2011, em outra demonstração de força e organização, o MST volta a atuar com intensidade, reunindo Assentados de Manoel Viana, São Francisco de Assis e Alegrete, durante a Jornada Nacional de Lutas de Agosto, promovida pelo MST, que gerou a ocupação de prédios públicos e fazendas, bloqueio de rodovias, como o caso da RST 377, em 17 estados brasileiros. As reivindicações centravam-se em: liberação de mais recursos para a reforma agrária, indo desde novas desapropriações de fazendas, para a criação de novos assentamentos, até

reorganizações orçamentárias. Outro ponto de debate neste momento, foi a renegociação das dívidas dos pequenos produtores, inclusive com o perdão das dívidas inferiores à 10 mil reais, adquiridas por meio do Pronaf.

Nesta ocasião, a RST permaneceu bloqueada por mais de 300 manifestantes, desde as 9 horas da manhã até aproximadamente às 15 horas, do dia 23 de agosto de 2011, sendo o trânsito liberado de hora em hora, para veículos de passeio e caminhões.



Figura 12: Bloqueio da RST 377

Fonte: www.correiodopovo.com.br, 23 de agosto de 2011.

Org.: RAMOS, V.G.

A RST voltou a ser bloqueada pelo MST, em Fevereiro de 2012, quando os Assentados mais uma vez mobilizaram-se nestes municípios, bem como em diversas outras cidades do estado, reivindicando uma maior atenção e intervenção dos governos estadual e federal, perante a situação de precariedade promovida pela longa estiagem que atinge boa parte do Rio Grande do Sul.

Diante a esta situação, os manifestantes buscavam acelerar a liberação de recursos para medidas emergenciais contra a seca, além de reivindicar pela Bolsa Estiagem, distribuição de alimentos para os animais, das áreas mais afetadas, renegociação das dívidas e ampliação das verbas para perfuração de poços artesianos. No ano de 2012, os assentados dos referidos municípios, desenvolveram atos (manifestações e bloqueios junto à RST 377) durante à Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária (Abril Vermelho), cobrando melhorias nas políticas de reforma agrária.

É indiscutível, o papel precursor do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, na luta pela terra nestes municípios, assim como por melhores condições de trabalho e

de vida no campo. Ao longo destes quase 13 anos de existência do Assentamento, podemos analisar uma mudança de foco, em suas reivindicações, que agora passam a integrar-se com a esfera Estadual e nacional de lutas, reivindicações e mobilizações.

3.3 – A formação dos assentamentos rurais: o caso do Rio Grande do Sul

Os assentamentos rurais, ainda que inexpressivos quantitativamente, se apresentam como a (re)territorialização dos agricultores familiares excluídos pelo modelo capitalista em questão. O significado do retorno à atividade produtiva para as famílias destes agricultores transcende a distribuição de terras, significa, portanto a recuperação da dignidade, à medida que passam a produzir seus alimentos e dar uma resposta produtiva a sociedade.

Estas áreas necessitam crescentemente de incrementos quantitativos através da instalação de novos assentamentos, como qualitativos, por meio de maiores investimentos. Leite e Medeiros (1999) Lembram que as demandas pela reforma agrária tiveram grande ascensão paralelamente à modernização da agricultura brasileira, ou seja, cresceram as necessidades quantitativas, mas sem em momento algum desprezar as demandas qualitativas. A partir de então os debates políticos vinculados a esta temática ganharam maior expressão, onde o Estado inicia a intervir, por meio de desapropriações e criação de assentamentos rurais, tentando quantificar e qualificar estes locais.

Neste processo de consolidação dos assentamentos rurais, Leite e Medeiros (1999) fazem referência ao papel do Estado, onde a legislação brasileira tradicionalmente dá amplos poderes ao Poder Executivo Federal para que realize intervenções fundiárias e possibilite desapropriações por interesse social, permitindo desde o ano de 1964 com a emenda constitucional número dez, que as terras fossem pagas em títulos da dívida agrária. Porém ao longo dos anos emergem intervenções por parte dos governos estaduais, que passam muitas vezes a destinar recursos para a implantação ou manutenção de assentamentos rurais, gerando um aumento nas disputas políticas entre os governos estaduais e federal.

Deste modo as unidades da federação assumem crescentemente novos papéis diante à estes assentamentos de reforma agrária, pois muitas das

reivindicações ligadas à infra-estrutura básica de saúde, educação e construção ou melhorias de estradas são direcionadas à esta esfera do poder político. Marcados por problemas de diversos âmbitos, os assentamentos rurais

Criados para responder a pressões, são marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidente reflexo sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 11)

Tornam-se evidentes as dificuldades impostas a estes locais, sejam elas por falta de um maior preparo das entidades governamentais locais ou federais, ou até mesmo por falta de vontade política, já que não se pode desconsiderar as fortes relações entre o poder político e os grandes proprietários rurais.

A política de redistribuição da terra, através da criação de assentamentos rurais pode re-valorizar áreas agrícolas tidas como decadentes, fazendo uso de novas atividades produtivas. Mesmo assim, a resistência à reforma agrária é muito ampla, tanto na esfera do poder federal, constituído em grande parte por detentores do capital, quanto no que se refere aos poderes locais (estaduais e municipais), as entidades patronais e até mesmo a população em geral, que muitas vezes desconhece a temática, e se deixa levar sob influência dos atores acima citados.

Os assentamentos rurais vêm apresentando condições de vida e de renda muito significativas, o que dificilmente seria alcançado fora desses locais, mas sem desconsiderar certos obstáculos muito comuns nestas áreas, principalmente no que se refere à produção e a comercialização.

Quanto aos modelos produtivos, Leite e Medeiros (1999) consideram que está crescendo nos assentamentos rurais, um modo de agricultura/produção predominantemente familiar, mas ancorada em modelos associativos, geralmente em torno de pequenos grupos de produtores, muitas vezes oriundos dos mesmos locais, ou que eram envolvidos com as mesmas atividades econômicas.

Ainda à respeito da organização produtiva nos assentamentos pode-se considerar que

O reconhecimento das possibilidades organizativas e produtivas dos assentamentos rurais vem ganhando destaque, pelo menos, em duas frentes: de um lado através da consolidação de um programa de crédito específico às áreas assentadas (o Programa de Crédito Especial para

Reforma Agrária – PROCERA, nas suas modalidades de custeio, investimento individual ou coletivo); de outro a exploração de formas diversas de divisão interna do trabalho, de produtos elaborados a partir dos projetos de assentamento e inserção específica nos mercados de consumo. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 16)

Deste modo os assentamentos e suas respectivas famílias assentadas vão tentando solucionar seus problemas. Quando abordamos esta temática, devemos considerar o papel precursor do Rio Grande do Sul, na luta pela terra e consecutivamente na implantação dos assentamentos rurais, onde datam famílias assentadas desde a década de 70.

Conforme propõem LEITE e MEDEIROS (1999, p. 31), o histórico de implantação dos assentamentos rurais em nosso Estado pode ser dividido em três fases: de 1978 à 1984; de 1985 à 1988; de 1989 até os “dias atuais”⁷. Estes três períodos podem ser divididos em decorrência de alguns aspectos centrais tratados pelos referidos autores, tais como: “[...] os diferentes tipos de intervenção estatal; as distintas formas de organização e pressão pela reforma agrária e suas repercussões nos aparatos governamentais; os assentamentos formados e suas especificidades”. Quanto a territorialização da luta pela terra e dos assentamentos rurais, merece destaque o período delimitado pelos anos de 1991 à 2001, que se enquadram na terceira e “atual”⁸ fase de implantação de assentamentos rurais no estado.

O período em destaque⁹ é marcado por mudanças nas ações governamentais em direção à reforma agrária em nível federal. Merecendo destaque os governos dos Presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que ora realizavam desapropriações e implantavam novos assentamentos, ora rendiam-se aos novos termos implantados com a Constituição de 1988, que dava margem para apelações e pedidos de revisão quanto aos processos de desapropriações. Com isso as pressões recaem sob o governo estadual do Rio Grande do Sul, que passa a fazer uso de recursos públicos para a compra de terras para implantação de assentamentos, através do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (FUNTERRA), principalmente durante o governo de Alceu Collares (1991 - 1994), porém com graves problemáticas referentes aos locais comprados para a

⁷ Considera-se ai o ano de 1999.

⁸ Considera-se novamente o ano de 1999.

⁹ É nesse período, mais precisamente no ano de 1999 que ocorre a implantação do Assentamento Santa Maria do Ibicuí, objeto de estudo desta pesquisa, por isso a maior atenção com esta fase de implantação dos assentamentos.

implantação de assentamentos, muitas vezes áreas de baixa qualidade, onde o governo do estado investiu altos valores, o que beneficiou diretamente os antigos proprietários que manifestavam interesse pela venda. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 40 - 41)

Se contabilizarmos os saldos da reforma agrária, ou pelo menos a implantação de assentamentos desde o Governo Simon, passando pelo governador Collares e chegando ao Governo Britto que se mostrou totalmente adverso e repressivo em relação as demandas por terra, foram aproximadamente 80 assentamentos criados pelo governo estadual, assentando mais de 3 mil famílias. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 41). Mas no momento em que ocorreu a estabilização monetária em nosso país, com a implantação do Plano Real, o governo federal volta a negociar a implantação de novos assentamentos, baseando-se na utilização dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) desta vez revalorizados, o que novamente direcionou as negociações para o âmbito federal.

Quanto à distribuição espacial dos assentamentos em nosso estado, temos que remonta a fase inicial (1978 - 1984) de implantação de assentamentos, onde as desapropriações ou compras de terras restringiram-se ao Norte do estado, porém na fase seguinte (1985 - 1988) passam a ocorrer maiores dificuldades para a obtenção de terras em tal região. Com isso, o foco para a instalação de novos assentamentos passa para as regiões centrais do Rio Grande do Sul, onde destaca-se a Região da Campanha e a Região Metropolitana. Alves (2006, p. 81).

Com isso a partir de 1988 as pressões pela reforma agrária chegam ao sul do estado e a Região da Campanha Gaúcha marcada historicamente pelas grandes propriedades rurais, baseadas na pecuária extensiva.

Os assentamentos rurais passam a marcar presença crescente nestas “novas áreas” mais ao sul do Estado, proporcionando novas estratégias produtivas e sociais, principalmente para a Região da Campanha Gaúcha¹⁰, que passa a receber assentamentos rurais nos municípios de Manoel Viana, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Dom Pedrito, dentre outros, como pode-se analisar na Figura 02.

¹⁰ Região esta onde localiza-se o objeto de estudo desta pesquisa, no caso o Assentamento Santa Maria do Ibicuí, situado no município de Manoel Viana.

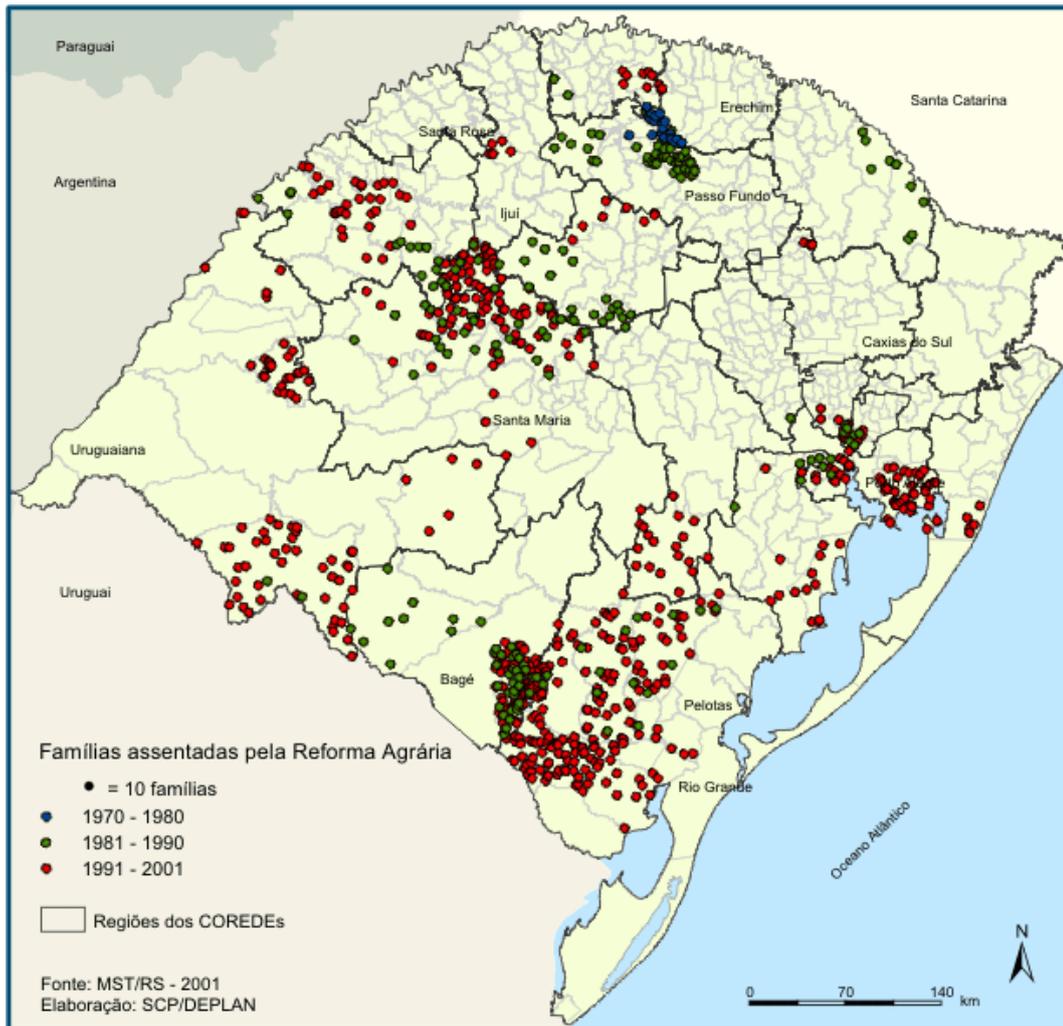


Figura 13: Mapa dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul 2001¹¹

Fonte: Atlas socioeconômico do estado do Rio Grande do Sul 2001.

Org.: Ramos, V.G. 2009

Mas não é por acaso que o Rio Grande do Sul é um precursor na implantação de assentamentos rurais, visto que aqui ocorrem problemas que nos remetem há décadas e séculos passados, onde processos sociais e econômicos impulsionaram as demandas sociais pelo acesso a terra, considerando que

[...] o agravamento das condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a intensa mecanização dos processos produtivos, entre outros impactos da “modernização conservadora”¹²,

¹¹ Neste mapa, ainda não aparecem os novos assentamentos, criados nos municípios limítrofes, de Alegrete e São Francisco de Assis, que foram instalados a partir de 2009.

¹² A mecanização agrícola agravou algumas problemáticas do campo brasileiro, onde SILVA (1999) destaca quatro destes problemas: A) concentração fundiária, agravada na década de 70, com a crescente das grandes propriedades, graças ao declínio dos pequenos e médios estabelecimentos, onde constata-se que o índice Gini (medidor da concentração fundiária, variável de zero à um) aumentou de 0,837 para 0,849; B) êxodo rural, a partir da década de 60, a modernização agrícola foi o principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, aumentando a disponibilidade de mão-de-obra para a atividade industrial, que não conseguia englobar toda esta oferta. Deste modo pode-se associar as transformações no campo, ao “inchaço” das grandes

contribuíram para a formação de uma “população sobran­te” em áreas rurais, alvo dos esforços de organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais [...] LEITE e MEDEIROS (1999, p. 21)

Se nos retratarmos à segunda metade do século XX, teremos a modernização agrícola, que acentuou a concentração de terras no Rio Grande do Sul.

Para isso se faz necessário uma breve análise das principais cadeias produtivas de nosso estado, no período pós-modernização agrícola (dos anos 70 para cá), onde Leite e Medeiros (1999) consideram que neste período onde se tem a predominância do capital, faz-se necessário à obtenção de “vantagens” tecnológicas para a produção, cenário no qual as grandes lavouras de soja e arroz tornaram-se ainda mais representativas, subentendendo-se que contribuíram em grande parte para um aprofundamento na concentração fundiária de nosso estado.

Deste modo, antigos trabalhadores rurais perdem seus postos de trabalho para as máquinas agrícolas, produtores rurais não atingem o grau de capitalização necessária para acompanhar tamanhas transformações do período, fato que os torna obsoletos diante aos avanços tecnológicos.

A pecuária que ocupa grandes áreas principalmente na Região da Campanha Gaúcha e na Região Nordeste do estado enfrenta uma situação um pouco distinta das monoculturas tratadas acima, pois continua atrasada tecnologicamente, porém mesmo assim consegue apresentar índices de produtividade que às protegem das desapropriações, o que é um grande atraso para as pretensões de concretizar uma reforma agrária de maior amplitude neste Estado.

As áreas de agricultura familiar (as colônias) no Rio Grande do Sul apresentam-se com propriedades de tamanhos reduzidos, vinculadas à produção de uvas e fumo, fortemente integrados a indústria do vinho, onde o mercado e a modernização eram crescentes. Deste modo, estas áreas não ficaram excluídas dos processos de modernização e exclusão produtiva. Assim à redução na demanda por mão-de-obra causa uma grande evasão de jovens que se deslocam para os centros urbanos, buscando aperfeiçoar seus estudos ou empregos, o que nem sempre se

idades, com suas condições de subemprego e a própria crise urbana do período atual; C) a superexploração do trabalhador, onde em 1980, 31% das pessoas ocupadas na agricultura possuíam uma jornada de trabalho superior às 49 horas semanais, ou seja, menos pessoas trabalhando no campo, porém cumprindo maior jornada de trabalho; D) a concentração de renda, onde o índice Gini (medidor da concentração de renda, variável de zero à um) cresceu mais de 30%, na década de 70, onde os 10% mais ricos da população rural aumentaram sua participação na renda total, de aproximadamente 34% para mais de 47%.

concretiza, agravando muitas vezes as precariedades sociais nas áreas urbanas. Leite e Medeiros (1999).

Outras atividades econômicas típicas da agricultura familiar, como o feijão, batatas e pêssegos, possuem preços que não passam por reajustes significativos, o que não torna estas atividades econômicas estimulantes para a permanência do homem no campo. Esta situação fez com que muitos destes produtores migrassem para a criação de aves e porcos, atividades muito integradas às agroindústrias da região, no entanto os produtores de aves passaram à uma situação um pouco mais confortável, pelo aumento na comercialização, já os produtores de porcos entraram em uma atividade estagnada, que não está em ascensão produtiva.

Conforme dados do INCRA, as atividades voltadas à pecuária leiteira no Rio Grande do Sul agregam quase 25% dos produtores familiares. Mesmo com preços insuficientes para melhorias tecnológicas e produtivas, o leite ao menos proporciona uma renda permanente, e não sazonal como a agricultura, na maioria dos casos.

Portanto, pode-se afirmar que independentemente da cadeia produtiva, do tamanho da propriedade ou até mesmo da capitalização, as transformações proporcionadas pela mecanização agrícola geralmente atingem de algum modo os produtores sul-rio-grandenses, podendo até mesmo ocorrer o incremento de outras atividades econômicas, como a acacicultura, os cultivos de maçã, cítricos, morangos, melancia dentre outros, que podem ser direcionados ao autoconsumo ou até mesmo comercialização.

Ainda nesta questão, Leite e Medeiros consideram que

Outro grande contingente de agricultores familiares é formado pelos produtores diversificados do Alto Uruguai com forte tendência às atividades de subsistência. As difíceis condições de produção, devido às características do solo e da topografia, transformam o Alto Uruguai na maior fonte de migrantes, de recrutamento do MST e, conseqüentemente, de assentamentos em outras regiões. LEITE e MEDEIROS (1999, p. 24)

Com isso, pode-se considerar que os fatores que contribuíram para tamanha demanda por terras no Rio Grande do Sul apresentam-se enraizados e em diversos pontos, porém a questão central não é o que levou a esta demanda, mas sim, o que será feito para responder à esta necessidade política, econômica e acima de tudo social.

Em relação à estas necessidades/ transformações, os assentamentos rurais demonstram-se viáveis economicamente, apresentando uma relação direta com as

melhorias sociais dos agentes envolvidos, no caso os assentados, que produzem reflexos impressionantes nas comunidades locais, pois

[...] a colocação de terras de latifúndios para assentamentos de trabalhadores rurais tem viabilidade econômica. O nível de produção e produtividade, a qualidade de vida dos assentados, têm reafirmado a condição intrínseca do expressivo excedente, que colocado no mercado reforça o próprio fim social da terra. [...] Os retornos em forma de tributos diretos e indiretos, para a sociedade, por seu montante, demonstram que os assentamentos são centelhas energizantes na alimentação e aquecimento do sistema capitalista, seja pelos tributos gerados, seja pela demanda e oferta de produtos ao mercado. ZAMBERLAM e FLORÃO (1991, p.39)

Pode-se dizer então, que comprovadas às viabilidades sociais e econômicas, o que falta na maioria dos casos é apenas vontade/viabilidade política. As demandas pela reforma agrária são crescentes em praticamente todo o território nacional, o que dá um caráter de urgência para que sejam efetuadas complementações quantitativas e qualitativas nestes locais.

4 – ESTRATÉGIAS SÓCIO-PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DO IBICUÍ

Quando abordamos as condições e as estratégias produtivas de uma determinada área devemos mencionar, considerar e analisar vários aspectos, que vão desde: o tamanho dos lotes, as condições de assistência técnica, o acesso ao crédito, os aspectos físicos da área, a presença de equipamentos e maquinários agrícolas, e as condições para comercialização da produção¹³. Após efetuarmos um olhar panorâmico, sob estes itens, tornar-se-á mais acessível, à compreensão das estratégias e formas de produção desenvolvidas no assentamento em questão.

4.1 – Aspectos básicos para o desenvolvimento das atividades produtivas

4.1.1 – As dimensões dos lotes

Dentro de um Assentamento com aproximadamente 6100 hectares de área, é até mesmo natural que existam grandes diversidades ambientais, referentes ao relevo, aos solos e à hidrografia. Em decorrência destas “diferenças”, existe uma grande variação quanto às dimensões dos lotes existentes no assentamento em questão. Deste modo, podemos subdividir as parcelas, em duas categorias: aquelas que possuem áreas predominantemente de várzea, e aquelas com predomínio de coxilhas, no entanto, em ambas às situações, existem problemáticas ambientais, técnicas e financeiras, importantes.

Aquelas áreas situadas junto às várzeas, foram subdivididas em lotes, geralmente com 26 hectares (onde de 17 à 20 hectares são de várzeas, e de 6 à 8 hectares são de coxilhas), sendo áreas com solos bastante férteis, situados próximos ao leito do Rio Ibicuí (áreas mais férteis dentro do Assentamento) ou nas imediações do Rio Piraju e sua várzea.

As áreas de coxilhas são muito restritas dentro destes lotes (com predomínio das áreas de várzea), o que dificulta e limita às atividades produtivas. Em muitos casos estas áreas de coxilhas destes lotes, limitam-se a produção para

¹³ Aqui vamos buscar uma breve análise em separado, de cada um destes itens, no entanto, ressaltamos que a compreensão destes fatores exige um esforço no sentido de compreendê-los como interdependentes.

autoconsumo familiar, e alguns cultivos para alimentação do gado bovino, geralmente em número reduzido, nos lotes em tal situação. Já as várzeas, dentro destes lotes, constituem-se em um problema grave no Assentamento.



Figura 14: Enchentes do Rio Ibicuí, no Assentamento Santa Maria do Ibicuí.
Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V.G. 2012

Culturalmente a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul é uma área de grande produção de arroz¹⁴, no entanto, este cultivo exige altos investimentos, o que muitas vezes torna esta atividade produtiva inacessível ao pequeno produtor. Outro fator de extrema importância é o assoreamento dos rios da região, como o caso do Rio Ibicuí. Esta situação causa inundações frequentes em suas várzeas, o que coloca em risco não só a produção do arroz nestas áreas, bem como qualquer outra atividade produtiva. A alternativa mais viável encontrada pelos assentados, que possuem lotes nestas áreas de várzea, é a criação de gado, que pode ser facilmente removido nas épocas de enchentes, no entanto gerando um outro problema: onde colocar o gado durante estes períodos, visto que as dimensões dos lotes em geral são consideradas reduzidas, para tal situação problema.

¹⁴ Esta questão será abordada ainda neste capítulo, com maior detalhamento.

Os lotes mais extensos do assentamento, situam-se nas áreas de coxilhas, indo de 26 à até 40 hectares. Esta variação obedece aos aspectos naturais, principalmente no que se refere às condições dos solos. Quanto maiores as dimensões dos lotes nestas áreas, mais intensos são os problemas ambientais, relacionados principalmente aos processos de formação de ravinas e voçorocas e à arenização.



Figura 15: Processos de Arenização.
Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V. G. 2012

4.1.2 – Assistência técnica

A assistência técnica no local ficava a cargo da COOPTEC (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA), uma cooperativa voltada exclusivamente a prestação de serviços em assentamentos de Reforma Agrária, porém no ano de 2009, após dificuldades infraestruturais e escassez de recursos, à COOPTEC retirou-se de diversas regiões do estado do Rio grande do Sul, dentre elas à Fronteira Oeste.

A partir de então, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) firmou um convênio com a EMATER/RS e a Associação Sulina de Crédito e

Assistência Rural (ASCAR), que passou a prestar assistência técnica em diversos assentamentos do Estado.

Com isso, foi realizada a contratação de um Engenheiro Agrônomo, um Técnico em Agropecuária e uma Assistente Social que prestam atendimento exclusivo ao assentamento Santa Maria do Ibicuí, mas mesmo assim é um contingente longe do ideal.

Apesar de possuir melhores condições de trabalho a EMATER/RS – ASCAR ainda não consegue superar as antigas dificuldades enfrentadas pela COOPTEC, que não conseguia dar assistência nem mesmo à 25% das famílias assentadas. O que dificulta ainda mais o trabalho da assistência técnica no local é a questão do deslocamento realizado diariamente em dois turnos, onde pela manhã a equipe de trabalho designada para o assentamento sai da sede do município às 8 horas e retorna às 11 horas e 30 minutos, e no período da tarde a mesma trajetória é realizada, totalizando um percurso de mais de cem quilômetros diários, o que representa um alto custo em combustível e manutenção dos veículos, além das três horas diárias “perdidas” em deslocamento.

Os técnicos da COOPTEC possuíam uma formação voltada para a agricultura familiar, ressaltando a importância do que eles chamam de “respeito à terra”, onde estes compreendiam que o Santa Maria está com seu potencial produtivo no limite, necessitando de investimentos para recuperação de áreas degradadas ou em degradação, além da necessidade de diversificação produtiva. Porém atualmente com a assistência à cargo da EMATER/RS – ASCAR esta compreensão apresenta-se comprometida, visto que a qualificação recebida por estes (funcionários da EMATER) não privilegia a terra, mas sim o capital e a produção.

A relação entre a assistência técnica (COOPTEC) e a comunidade vinha melhorando no local, mas ainda encontrava-se longe do ideal, já que os agricultores pareciam em alguns casos “não confiar” nos técnicos. Na situação deficitária em que se encontrava a COOPTEC no assentamento, ficava praticamente inviável a ida dos técnicos até as propriedades, então era necessário o empenho do agricultor em buscar o auxílio da assistência técnica. Os funcionários da COOPTEC realizavam palestras visando à educação agrícola dos produtores, onde os poucos que compareciam eram instruídos quanto aos modos de manejo de solo, queimadas, práticas de conservação de matéria orgânica, dentre outros.

Se as relações técnicos/agricultores vinham melhorando durante a prestação de serviços realizada pela COOPTEC, o ano de 2009 foi marcado por um forte retrocesso na questão assistência técnica, visto que os produtores em sua maioria não confiam nos funcionários da EMATER/RS – ASCAR, que de acordo com os produtores repassam os laudos de visitas técnicas ao INCRA. As visitas são raras, no entanto, se por fruto do acaso durante três visitas consecutivas, não houver ninguém no lote, o fato é relatado ao INCRA como condição de abandono de lote, situação esta enunciada pelos moradores.

Atualmente, a EMATER/RS e a ASCAR constituem-se no principal elo de ligação do Assentamento com o INCRA, na implantação e desenvolvimento de projetos, ou seja, a assistência técnica que já possuía um quadro pessoal insuficiente para prestar assistência ao produtor, fica também encarregada das atividades relacionadas aos projetos desenvolvidos em conjunto com o INCRA, o que torna a situação ainda mais deficitária no assentamento, que de acordo com os assentados e técnicos encarregados, deveria possuir no mínimo o dobro de funcionários (EMATER/RS e ASCAR), para que realmente fosse possível a realização de visitas periódicas aos produtores.

A falta de conhecimento técnico por parte dos assentados e a precariedade da assistência técnica, tornam-se dois dos maiores limitantes para as práticas produtivas. Neste cenário, podemos destacar duas situações:

- A ampla maioria dos assentados são provenientes de locais onde a prática da agropecuária não é amplamente difundida, ou seja, muitos destes não possuem conhecimento suficiente para o tratamento do rebanho bovino, que consiste em uma das principais práticas produtivas do assentamento. Mesmo perante esta situação, não existe um Médico Veterinário prestando assistência junto às famílias assentadas. Ressaltamos aqui, o fato de a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária de Manoel Viana – COMAV, possuir um aparelho para a realização dos procedimentos de inseminação artificial, no entanto, faltam pessoas capacitadas para tornar possível o uso de tal equipamento por parte dos produtores.
- Durante a preparação da terra e o desenvolvimento dos principais cultivos, raramente os técnicos conseguem realizar visitas a fim de esclarecer dúvidas e auxiliar na resolução de problemas, o que em

muitos casos pode significar uma redução na produção, ou até mesmo o comprometimento da mesma.

4.1.3 - Acesso ao crédito

A falta ou insuficiência de crédito é uma problemática que atinge amplamente à produção familiar, independentemente do estado ou região brasileira, em decorrência muitas vezes, da ineficiência das políticas públicas. No Assentamento Santa Maria do Ibicuí o acesso ao crédito dava-se por meio do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), por intermédio da Agência do Banco do Brasil do município de São Francisco de Assis, distante 65 km do assentamento, pois a agência da cidade de Manoel Viana “fechou suas portas” no final da década de 1990.

Das famílias assentadas menos de 10% tem acesso ao PRONAF, uma vez que o crédito era adquirido através de grupos de produtores, onde alguns deixaram de pagar os empréstimos tomados até então, ou até mesmo abandonaram o assentamento, devido à questões de infraestrutura, produtivas ou de não adaptação às condições locais, pelo fato de serem oriundos de regiões com características naturais, econômicas e culturais muito distintas, acarretando na perda de crédito aos que permanecem no local, independentemente de ser ou não devedor.

Outro agravante do item crédito é o fato da agência do Banco do Brasil de São Francisco de Assis não apresentar um “grande empenho” quanto à liberação do PRONAF, pelo seu alto grau de inadimplência (principalmente entre os assentados), contribuindo para que o crédito seja praticamente erradicado do assentamento, afetando diretamente as condições produtivas.

Mas não podemos deixar de mencionar algumas das causas para esta inadimplência não somente no assentamento em questão, onde destacamos as dimensões reduzidas das unidades de produção familiar, que são “pressionadas” pelas necessidades produtivas, muitas vezes comprometidas pelas estiagens, fato este em grande parte desconsiderado pelas entidades de crédito.

Outra questão à ser destacada, é o chamado redirecionamento¹⁵ do PRONAF, criado em 1996, com o objetivo de atender a pequena propriedade e a produção familiar, no entanto, na maioria dos casos privilegia, o custeio de produtos convencionais ligados aos CAI's, como é o caso da soja e do fumo no Rio Grande do Sul, desfavorecendo uma diversificação produtiva ou ainda uma produção orgânica para que estas famílias busquem ser sustentáveis.

Atualmente uma das maiores fontes de recursos para o assentamento, são os projetos formulados pela EMATER/RS – ASCAR e encaminhados diretamente ao INCRA. No ano de 2012, o INCRA aprovou verbas para a construção de açudes para a piscicultura, e “construção” de áreas voltadas à produção orgânica de morangos e arroz, no assentamento. No entanto, vale ressaltar, que esta situação busca estimular o cooperativismo/associativismo entre os produtores, fato este que se concretiza apenas para uma pequena parcela dos assentados.

Isto nos leva à considerar a insuficiência das políticas de acesso ao crédito, como um dos maiores limitantes para às atividades e estratégias produtivas no Santa Maria do Ibicuí.

4.1.4 – Os aspectos físicos da área em questão

Fazer uma abordagem da questão ambiental é fundamental para este local, devido ao seu alto grau de suscetibilidade de degradação, e a presença de amplas Áreas de Preservação Permanente – APP's, mesmo que não sejam “respeitadas”. A preocupação com o meio ambiente passou a se tornar mundial, a partir de 1972, após a 1º Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, em Estocolmo na Suécia, e em 1977 com a formulação do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, depois que a degradação ambiental passou a atingir a grande maioria dos países, sendo eles ricos ou pobres.

Quanto às necessidades ambientais do assentamento, elas se defrontam com os antigos problemas enfrentados em nosso país, que seriam a falta de recursos humanos e financeiros, e os próprios definidores das Políticas de Meio Ambiente.

¹⁵ Expressão utilizada pelos assentados entrevistados.

Mas Silva (1999) considera que muitas vezes, não seria a falta de recursos, mas sim a forma como eles são aplicados, não considerando os critérios da sustentabilidade. Lutamos em nosso país contra a falta de organicidade entre os órgãos federais, estaduais e municipais, competentes para tal questão, e a necessidade de termos maior continuidade administrativa, já que cada governo possui objetivos econômicos distintos, desconsiderando muitas vezes, as Políticas de Meio Ambiente, tudo em prol da economia.

Para uma avaliação da degradação ambiental do local, torna-se necessário estabelecermos relações entre o meio físico e a sociedade que ali reside, visto que há uma combinação de fatores, para a ocorrência/agravamento do problema. Sabe-se que historicamente o ambiente é alterado pelo ser humano, mas o grau destas alterações varia de acordo com o nível de exploração, e com as tecnologias empregadas. Os fatores naturais que serão detalhados a seguir são responsáveis, em grande medida, pela degradação ambiental, mas o ser humano, principalmente a exploração intensiva voltada ao mercado, são os propulsores de tais problemas. Mas, é importante que se diga que a ação dos gestores públicos é ineficiente para a mudança deste comportamento predador para com os recursos ambientais.

Na lavoura comercial (agronegócio propriamente dito), mesmo que a degradação ambiental se acentue, não é tão perceptível a redução da produção, devido a capitalização do produtor, que pode fazer pesados investimentos em fertilizantes e defensivos agrícolas. Já na agricultura familiar, esta redução na produção se torna bem maior, pela alta exploração da terra e principalmente pela falta de capital.

O uso inadequado do solo é o principal agravante para a ocorrência/ampliação dos areais, que afetam diretamente a produção no assentamento em questão, constituindo-se assim em um grave problema ambiental. Conforme a análise das cartas topográficas do local, e seu respectivo declive, de acordo com Bigarella (1979. apud, GUERRA; CUNHA, 1996), o solo do Assentamento Santa Maria do Ibicuí tem áreas propícias para agricultura sem restrições até locais de agricultura com práticas moderadas conservacionistas, variando respectivamente, da área de várzea até as coxilhas que são elevações arredondadas e de pequena altitude, no entanto tais atividades devem ser desenvolvidas mediante planejamento prévio e acompanhamento técnico.

Para Suertegaray (1992 apud, GUERRA & CUNHA, 1996), seria cabível a recuperação destas áreas em arenização, através do apoio da iniciativa privada e Governo do Estado, mas esta ajuda não chega ao Santa Maria do Ibicuí, restando a estes pequenos produtores apenas o plantio de espécies exóticas, como a prática da silvicultura que se apresenta erroneamente como uma alternativa de recuperação ambiental, o cultivo de forragens e a adubação orgânica como tentativas de contornar tal situação (em muitos casos, não são desenvolvidas nenhuma das práticas acima mencionadas).



Figura 16: Estágio avançado de arenização no Santa Maria do Ibicuí
Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012
Org.: Ramos, V.G. 2012

O Assentamento Santa Maria do Ibicuí contava com 227 lotes em seu projeto inicial, no entanto, devido à ocorrência de algumas áreas de arenização bastante avançada, houveram algumas redefinições quanto aos lotes. Em decorrência desta situação, hoje o Assentamento conta com 224 lotes¹⁶.

¹⁶ Estes três lotes “extintos” tiveram suas áreas divididas entre os lotes vizinhos, que também apresentam processos de arenização. Deste modo, os “novos” lotes tornaram-se ainda maiores, no entanto, seguem sem praticar ou desenvolver atividades conservacionistas ou de recuperação ambiental, nestas áreas, principalmente pela falta de conhecimento técnico e recursos financeiros.

Além das situações de arenização, no assentamento em questão, ainda são encontradas algumas áreas de recuperação ambiental, geralmente situadas nas encostas de alguns cerros¹⁷, que foram isoladas com a finalidade de promover a recuperação da vegetação nativa (gramíneas e herbáceas), e até mesmo controle de alguns processos de formação de ravinas. Esta recuperação ocorre ao “natural”, sem muitas intervenções técnicas.



Figura 17: Área de preservação/recuperação ambiental.
Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012.
Org.: Ramos, V.G 2012

Não podemos desconsiderar e deixar de mencionar, o quadro atual das Áreas de Preservação Permanente – APP's, no Santa Maria do Ibicuí, estando em sua maioria situadas junto às nascentes, lagos, açudes, e ao leito do Rio Ibicuí e do Arroio Piraju.

O Arroio Piraju possui largura média (junto ao Assentamento) de 30 metros, desde modo sua APP's é de 50 metros (perpendiculares ao seu leito) em cada uma de suas margens (está área à margem esquerda do Arroio, situa-se dentro do Assentamento). Já o Rio Ibicuí possui uma largura média de 250 metros junto ao assentamento, possuindo assim, uma APP de 250 metros, (perpendiculares ao seu

¹⁷ Referência popular, para designar áreas onde existem exposições de rochas vulcânicas, em meio aos campos da Região da Campanha Gaúcha.

leito) em cada uma de suas margens (está área à margem direita do Rio, situa-se dentro do Assentamento). Ambas as situações descritas neste parágrafo, não são respeitadas. Desde os tempos da Fazenda Santa Maria do Ibicuí, até o ano de 2010, estas áreas de várzea foram amplamente exploradas para o cultivo de arroz irrigado. Em algumas situações, a mata ciliar foi removida em sua totalidade, como podemos analisar na Figura 18.



Figura 18: Instalações elétricas junto ao leito do Rio Ibicuí.

Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012.

Org.: Ramos, V.G

Esta situação contribui amplamente para o agravamento dos processos erosivos às margens do Rio Ibicuí e Arroio Piraju, além de intensificar o processo de assoreamento, muito intenso em ambas as situações, tornando os episódios de enchentes ainda mais corriqueiros, devido à baixa profundidade do leito do rio e do arroio.

Outra questão é a conservação da biodiversidade, que não deve ser restrita às regiões tropicais, mas deve incluir outros ecossistemas como o de campos, que predomina na Campanha Gaúcha, e está repleto de processos de arenização e erosão. Para agravar tal situação, ainda compartilhamos das ideias de Suertegaray, (1992, apud, GUERRA; CUNHA, 1996), “É inegável, que a diversificação de cultivos

e rebanhos vem diminuindo em estabelecimentos rurais, graças aos modernos processos de hibridação de vegetais e o crescimento das monoculturas”.

Devemos considerar que o assentamento Santa Maria do Ibicuí assim como Manoel Viana são “fiéis” representantes do bioma pampa, onde de acordo com o Programa de Recuperação do Assentamento (PRA) este município abriga mais de 120 espécies de animais e 110 espécies de vegetais, já identificadas no local, sendo estas típicas deste bioma. A questão da preservação destas espécies junto ao assentamento, nem ao menos chega a ser debatida ou questionada, pelos produtores e pela EMATER/RS – ASCAR.

Diante das precariedades da agricultura familiar atual, no Brasil como um todo, fica uma obrigatoriedade aos pesquisadores, desenvolver estudos aprofundados sobre a agricultura familiar, visando um desenvolvimento mais equilibrado, onde de acordo com Buttel, (1993. apud, SILVA, 1999).

... as atuais linhas de pesquisa da agricultura sustentável estão demasiadamente baseadas no princípio do baixo uso de insumos através de inovações agronômicas, que empregam o conhecimento disponível sobre rotações de culturas e sobre a integração produção animal/vegetal.

Conforme acredita Silva, (1999) para o caso brasileiro, seria através da democratização das políticas públicas que se pode caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja equilibrado do ponto de vista ecológico e mais equitativo do ponto de vista socioeconômico e cultural.

Vivemos rodeados de discussões e planejamentos a respeito de um novo modelo de desenvolvimento, mais equilibrado ecologicamente e socialmente justo, sendo isto, consequência de uma sucessão de fatos e questionamentos, que para Almeida, (1996. apud, BECKER, 1997) seriam.

...as crescentes evidências do custo ambiental do desenvolvimento industrial vigente, a crise ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada a má distribuição de alimentos (decorrente das novas relações econômicas internacionais), as “rupturas recentes” (demográficas do modelo de agricultura familiar, a dissociação entre agricultura, território e meio ambiente)...

A comunidade em estudo visa e necessita alcançar um desenvolvimento ecologicamente mais equilibrado, que busque uma integração entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social, mas para

isso enfrenta problemas relacionados aos condicionantes físicos do assentamento, e as políticas públicas que não trazem maiores facilidades para avanço social, econômico e produtivo da comunidade local.

4.1.5 - Presença de equipamentos e maquinários agrícolas

No assentamento em questão, em decorrência da falta de recursos financeiros, e políticas públicas adequadas, pode-se perceber uma baixa incidência de equipamentos e maquinários agrícolas. Aproximadamente 30% dos produtores possuem equipamentos agrícolas tradicionais (discos, arados, tapadeiras e plantadeiras) puxados por tração animal, geralmente bovina. No entanto, percebe-se que o número de animais aptos para tais atividades estão sofrendo amplas reduções, ou seja, a cada dia a tração animal é menos usada entre os produtores.



Figura 19: Cultivo do solo com uso de equipamentos simples.

Fonte: Pesquisas de campo 2007/2012

Org.: RAMOS, V.G.

Isto aumenta a dependência em relação aos maquinários agrícolas modernos, tais como o trator e a colheitadeira, sem falar em outros implementos agrícolas (equipamentos para aplicação de adubos, fertilizantes, inseticidas e pesticidas). No entanto, são raros os casos (menos de 5%) de assentados que possuem tais

equipamentos. Isto gera uma situação de desconforto para os produtores, que dependem de equipamentos terceirizados, junto à Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária de Manoel Viana – COMAV.

Neste momento, destacamos duas situações:

- Os custos para a utilização destes equipamentos. O uso do trator por exemplo, ocorre à um valor de cinquenta reais por hora trabalhada, mais o valor referente ao combustível utilizado.
- A COMAV possui poucos equipamentos, e apenas um trator, para atender dezenas de produtores, que demandam de seus serviços em épocas muito semelhantes, fato “exigido” pelos cultivos sazonais de arroz, soja, milho, trigo e forragens, principalmente.

Diante desta situação, somos levados a considerar que: ou os assentados revitalizam práticas agrícolas tradicionais (e porque não dizermos alternativas), ligadas a tração animal, adquirindo assim mais autonomia financeira; e quanto à realização de suas atividades produtivas (preferencialmente realizada em pequenos grupos de produtores, barateando assim os custos) ou permanecerão submetidos à infraestrutura que a COMAV dispõe para os produtores, no entanto, devemos salientar que a COMAV é uma cooperativa e não um órgão de assistência técnica, ou seja, a cooperativa não deve ser diretamente responsabilizada pela situação.

4.2 – As práticas produtivas presentes no Assentamento

As atividades produtivas apresentam-se muito diversificadas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí. Esta diversificação foi “construída” ao longo de mais de 12 anos de existência do Assentamento, o que contribui amplamente para a afirmação da produção familiar no local.

Durante as atividades de campo, foram aplicadas 45¹⁸ entrevistas (que totalizam 20% dos lotes). De modo que fosse possível abranger “todo” o Assentamento, as entrevistas foram realizadas tendo por base à numeração dos lotes, indo desde o lote de número 1, até o lote de número 224, no seguinte

¹⁸ Este número foi estabelecido, levando em consideração aspectos de logística (pessoal, financeira e de tempo), no entanto, obteve respaldo por parte dos técnicos da EMATER/ASCAR-RS, e dos representantes dos órgãos locais (cooperativas e lideranças sociais).

“sistema”: Entrevista aplicada ao lote número 1, posteriormente o próximo lote a ser visitado foi o lote de número 6, na sequencia visitamos o lote de número 11, e assim por diante até o lote 224. Em alguns casos, de indisponibilidade, dos lotes pré-estabelecidos, passávamos para o lote seguinte, por exemplo, se no lote 6, não fosse possível a realização da entrevista, automaticamente o próximo lote a ser visitado seria o 7, no entanto, sem alterar a “ordem geral”, ou seja, pela sequencia geral do trabalho, o lote seguinte permaneceria o lote de número 11.

Com a aplicação das entrevistas, foi possível observar não somente à diversificação produtiva, mas também algumas consequências trazidas pelas “escolhas” produtivas dos assentados. Para uma melhor compreensão das práticas produtivas, as mesmas foram classificadas da seguinte forma:

- ✓ Cultivo de frutos, hortigranjeiros, amendoim, feijão e mandioca para consumo familiar com comercialização de excedente.
 - ✓ Frutos: **manga, bergamota, abacate, uva, laranja, goiaba, caqui, pêssigo, amora, pera, araticum, pitanga, butiá, acerola, araca, maçã, limão, ameixa, banana, figo e maracujá.**
 - ✓ Hortigranjeiros - **batata doce, alface, cebola, beterraba, repolho, cenoura, rúcula, moranga, abóbora, alho, pimentão, melancia, morango, chuchu, pepino, melão, batata inglesa, rabanete, salsa, tomate, couve-flor, agrião, ervilha, redice e brócolis.**
- ✓ Criação de animais para autoconsumo, com a comercialização de algum excedente e/ou derivados: **abelhas, aves (galinhas) e suínos.**
- ✓ Pecuária Bovina de corte e leiteira;
- ✓ Criação de equinos;
- ✓ Cultivos para consumo “interno no lote” com comercialização de excedente: **cana de açúcar, milho, mandioca, melancia de porco e forragens (aveia, mileto, braquiária, azevem e capim italiano).**
- ✓ Monoculturas voltadas para comercialização: **trigo, soja e arroz.**

As famílias em questão, desfrutando de uma mão-de-obra titular ou familiar na maioria dos casos, conseguem geralmente uma renda mensal entre um e dois salários mínimos nacionais, através da comercialização de seus produtos e o auxílio de benefícios tais como aposentadorias, pensões, bolsa família e bolsa escola. A comercialização da produção é realizada diretamente ao consumidor o que representa maiores vantagens para o produtor e para o comprador, ou em

cooperativas do próprio assentamento ou do município. Esta renda é muito mais significativa no campo, pela oportunidade de produção para autoconsumo, do que nas cidades que colocaria estas famílias a beira da marginalização, não possuindo fácil acesso a alimentos de qualidade, educação e saúde.

4.2.1 - Cultivo de frutos, hortigranjeiros, amendoim, feijão e mandioca para consumo familiar com comercialização de excedente.

Um dos princípios básicos para a agricultura familiar é a produção de alimentos para autoconsumo, visando garantir não apenas a oferta de muitos produtos no dia a dia, bem como a qualidade dos mesmos, primando pela segurança alimentar da família.

No Assentamento Santa Maria do Ibicuí, ocorre uma produção familiar para autoconsumo bastante intensa, no entanto, variando bastante de família para família. Em alguns casos, chegamos a identificar mais de 20 produtos (considerados neste item) em um mesmo lote, no entanto, na média, encontramos de 8 à 12 variedades, daquelas aqui consideradas.

A produção se dá no em torno das residências em pomares, hortas e cercados. Em ambas as situações, temos uma produção baseada na adubação “orgânica” (efetuada a partir de estrumes de animais, do próprio lote), com preparação do solo manualmente, sem utilização de grandes equipamentos agrícolas (tratores, semeadeiras, dentre outros).

As tabelas encontradas aqui neste item da pesquisa buscam demonstrar a grande importância para a saúde humana, do consumo dos produtos cultivados no assentamento em questão. As referidas tabelas ainda demonstram a incidência dos mais diversos produtos no local pesquisado.

Os frutos com maior incidência no Assentamento são: bergamota, laranja, pêsego, limão, goiaba, manga, pera, caqui, abacate, melancia e uva. Estes frutos são utilizados quase que exclusivamente para consumo familiar, sem comercialização de excedente. A partir do consumo dos produtos listados na tabela abaixo, podemos inferir que muitas das necessidades de nosso organismo podem ser supridas. Devemos considerar que muitos destes frutos não ocorrem durante o

ano todo, seguindo regimes sazonais, no entanto, a ampla variedade das mesmas, proporciona o consumo de ampla variedade de frutíferas ao longo de todo o ano

Tabela 04: Produção de hortigranjeiros para consumo familiar e comercialização de excedente, com suas respectivas atuações sob o organismo humano.

| FRUTO | PRESENÇA ENTRE OS PRODUTORES (%) | RICO EM... | BENEFÍCIOS À SAÚDE |
|-----------|----------------------------------|-----------------------------------|---|
| Bergamota | 90 | Vitaminas A e C | A - Atua na saúde dos olhos e da pele; C – atua no sistema imunológico. |
| Laranja | 90 | Vitamina C | Atua como antioxidante. |
| Pêssego | 90 | Vitamina C e pró-vitamina A | Antioxidante. |
| Limão | 80 | Vitamina C | Ótimo antioxidante |
| Goiaba | 80 | Fibras | Melhora a função intestinal. |
| Manga | 80 | Vitamina A | Previne doenças relacionadas à visão. |
| Pera | 80 | Vitaminas do Complexo B (B1 e B2) | Depura todo o organismo, em especial os rins e o aparelho digestivo. |
| Caqui | 80 | Vitamina A, B1, B2 e E | Tem propriedade calmante e laxativa. |
| Abacate | 80 | Gordura monoinsaturada | Ajuda a diminuir os níveis de colesterol no sangue. |
| Melancia | 70 | Licopeno | Combate os radicais livres. |
| Uva | 70 | Vitaminas A, B e C | Proporciona muita energia para o corpo. |
| Morango | 60 | Potássio | Atua na manutenção do sistema ósseo. |
| Ameixa | 60 | Vitaminas do complexo B | Evitam problemas da pele e reumatismo. |
| Banana | 50 | Potássio | Previne e remedia câimbras |
| Butiá | 50 | Vitamina C | Atua na manutenção do sistema imunológico. |
| Melão | 50 | Vitamina K | Previne hemorragias. |
| Figo | 40 | Cálcio | Ajuda na formação dos ossos e dentes. |
| Maracujá | 40 | Vitaminas A e C | Atua na prevenção de doenças relacionadas à visão e na manutenção do |

| | | | |
|----------|-------------|-------------------------------|---|
| | | | sistema imunológico. |
| Amora | 30 | Vitaminas C e E | Propriedade antioxidante |
| Araticum | Menos de 30 | Cálcio | Atua na manutenção do sistema ósseo. |
| Pitanga | Menos de 30 | Vitamina C, cálcio e fósforo. | Atua na prevenção de infecções. |
| Acerola | Menos de 30 | Vitamina C | Antioxidante |
| Araça | Menos de 30 | Ferro | Manutenção do sistema Imunológico. |
| Maça | Menos de 30 | Potássio | Contribui para a transmissão normal dos impulsos nervosos e, conseqüentemente, na contração muscular. |

Fonte: Pesquisas de campo 2011/ Penteadó 2003
Org.: RAMOS, V.G

Além do consumo familiar, ainda destacamos o uso da laranja e da bergamota na alimentação dos suínos, que representam uma das principais atividades produtivas para autoconsumo no assentamento.



Figura 20: Pomar no Santa Maria do Ibicuí.
Fonte: Pesquisas de campo 2011.

Org.: RAMOS, V.G.

Além do consumo in natura, destes frutos, muitos deles, para não falarmos a ampla maioria, ainda proporcionam a produção de doces e geleias (banana, pêssago, uva, figo, morango, dentre outros), também consumidas diariamente pelas famílias.



Figura 21: Parreiral e Bananeiras.
Fonte: Pesquisas de campo 2011
Org.: RAMOS, V.G.

Além dos frutos, ainda temos os hortigranjeiros, mandioca, feijão e amendoim, que marcam presença intensa no Santa Maria do Ibicuí. As práticas produtivas utilizadas são muito semelhantes à aquelas utilizadas na fruticultura, buscando também a produção para consumo familiar.

Os hortigranjeiros que estão presentes em praticamente todos os lotes, proporcionando consumo de alimentos de qualidade, recentemente estão passando por um incremento produtivo para fins comerciais, por meio da recém criada Associação dos Produtores Orgânicos do Assentamento Santa Maria do Ibicuí. Esta associação em convênio com a EMATER/ASCAR-RS e a Secretaria Municipal de Agricultura, organizam feiras semanalmente, junto à Praça Central de Manoel Viana, onde os produtos são comercializados. Os impactos desta nova associação (que já abrange alguns frutos como a laranja, o pêssago e o morango, além do arroz,

produto básico para esta instituição) ainda não podem ser medidos com precisão, no entanto, podemos afirmar que novas oportunidades e expectativas estão sendo criadas, para um futuro próximo.

Tabela 05: Produção de hortigranjeiros para consumo familiar e comercialização de excedente, com seus respectivos efeitos sob o organismo humano.

| PRODUTO | PRESEÇA ENTRE OS PRODUTORES (%) | RICO EM | BENEFÍCIOS À SAÚDE |
|----------------|--|-------------------------------------|--|
| Mandioca | 90 | Carboidratos | Excelente fonte de energia. |
| Alface | 90 | Fibras | Ajuda na função intestinal. |
| Repolho | 90 | Vitamina C | Atua como antioxidante. |
| Cenoura | 90 | Vitamina A | Previne doenças relacionadas a visão. |
| Beterraba | 90 | Ferro | Depura e fortifica o sangue. |
| Cebola | 90 | Enxofre, fósforo, ferro e magnésio. | Possui efeito curativo. |
| Tomate | 90 | Licopeno | Remove os radicais livres. |
| Feijão | 80 | Proteína | Importante componente estrutural |
| Pimentão | 70 | Vitamina C | Atua como antioxidante. |
| Alho | 70 | Vitamina C e K | Vitamina C é antioxidante e a K serve para combater hemorragias de todas as classes. |
| Pepino | 60 | Vitamina C | Atua na manutenção do sistema imunológico. |
| Batata doce | 60 | Vitamina A | Previne doenças relacionadas à visão |
| Batata inglesa | 50 | Carboidratos | Excelente fonte energética |
| Moranga | 50 | Vitamina A | Previne doenças relacionadas à visão. |
| Abóbora | 50 | Vitamina A | Previne doenças relacionadas à visão. |
| Rúcula | 40 | Ferro | Depura o sangue e cura anemia. |
| Ervilha | 40 | Vitamina K | Atua na prevenção e na cura de hemorragias. |

| | | | |
|--------------|-------------|------------|---|
| Salsa | 30 | Vitamina C | Atua como antioxidante. |
| Couve – flor | 30 | Vitamina C | Atua na manutenção do sistema imunológico. |
| Chuchu | 30 | Fibras | Desempenha papel importante na função do intestino. |
| Rabanete | Menos de 30 | Vitamina C | Atua na manutenção do sistema imunológico. |
| Amendoim | Menos de 30 | Vitamina E | Favorece o metabolismo celular e auxilia a fertilidade. |
| Agrião | Menos de 30 | Vitamina C | Atua na manutenção do sistema imunológico. |
| Radite | Menos de 30 | Fibras | Atua para melhorar a função intestinal. |
| Brócolis | Menos de 30 | Ferro | Atua na manutenção da circulação sanguínea. |

Fonte: Pesquisas de campo 2011/ Penteado 2003.
Org.: RAMOS, V.G

Os hortigranjeiros mais comuns no Assentamento são: alface, repolho, cenoura, beterraba, cebola, tomate, pimentão e alho, que são componentes considerados básicos na dieta das famílias, proporcionando muitos benefícios à saúde das famílias.



Figura 22: Cultivo de abóbora.

Fonte: Pesquisas de campo 2011

Org.: RAMOS, V.G.

A mandioca, além de rica em carboidratos, com consumo importantíssimo para a saúde humana, ainda é bastante utilizada na alimentação diária de suínos (além dos bovinos, como será tratado, em um item logo abaixo), que marcam presença entre muitas das unidades familiares de produção, garantindo também o consumo de carne suína e derivados de alta qualidade e a baixo custo.



Figura 23: Cultivo de mandioca e batata-doce.

Fonte: Pesquisas de campo 2011.

Org.: RAMOS, V.G

O cultivo de feijão e amendoim também tornaram-se bastante representativos no assentamento. O feijão, por estar presente na grande maioria dos lotes, com áreas cultivadas variando de 0,5 à 3 hectares, e o amendoim por estar em ascensão produtiva, já que passou a ser cultivado recentemente no Assentamento. Ambas as atividades produtivas são direcionadas ao consumo familiar, no entanto, servem também como “moeda de troca” dentro do Santa Maria do Ibicuí, entre as famílias.

4.2.2 - Criação de animais para autoconsumo, com a comercialização de algum excedente e/ou derivados:

As criações mais representativas para o assentamento são as de suínos, aves (galinhas) e abelhas, no entanto, devemos considerar a presença de ovinos e caprinos, dentre aproximadamente 25% dos lotes.

As famílias possuem em média 60 galinhas, que produzem aproximadamente 100 ovos por semana. A “produção” de ovos poderia ser bem mais elevada, se as aves fossem confinadas, pois geralmente as galinhas ficam “soltas”, pondo seus ovos em locais que muitas vezes não são coletados, no entanto, a criação das galinhas deste modo, proporciona também, muitos pontos positivos, ligados à alimentação das mesmas, que ocorre de forma mais barata e com menos dependência em relação aos produtos industrializados.

A alimentação destes animais dá-se de modo natural, porém com o auxílio principalmente do milho, que é utilizado por todos os produtores que criam galinhas (mesmo aqueles que não plantam milho, e necessitam compra-lo).

Tabela 06: Produção animal no Assentamento, e seus respectivos benefícios à saúde.

| PRODUTO | PRESEÇA ENTRE OS PRODUTORES (%) | RICO EM | BENEFÍCIOS À SAÚDE |
|------------------------------|---------------------------------|-------------|--|
| Carne de galinha e derivados | 100 | Niacina | Auxilia no processo digestivo. |
| Carne suína e derivados | 90 | Vitamina B1 | É indispensável à saúde do sistema nervoso, dos músculos e na manutenção do apetite. |
| Mel | 25 | Magnésio | Contração e relaxamento muscular |

Fonte: Pesquisas de Campo 2011/ Penteado 2003.
Org.: RAMOS, V.G.

A carne de galinha é utilizada como produto básico na dieta alimentar da ampla maioria das famílias, que assim, conseguem consumir uma carne saudável, e de baixo custo. Além da carne, temos o ovo, que é consumido diariamente pelas famílias, e ainda é frequentemente comercializado na sede do município, visto que é um produto que pode ser facilmente transportado, até mesmo pelas crianças, que estudam na sede do município, e costumam levar ovos para comercializar na escola.

Algumas famílias que possuem uma quantidade maior de galinhas (em alguns casos, superior às 100 cabeças) possuem uma infraestrutura para o confinamento e o engorde destas aves, que passam a ser comercializadas, com certa regularidade, porém em pequena quantidade, auxiliando na renda familiar.



Figura 24: Estrutura para confinamento de galinhas.
Fonte: Pesquisas de campo 2012.
Org.: RAMOS, V.G.

A criação de suínos é marcante no Assentamento, estando presente entre 90% das famílias. Os porcos são criados soltos ou confinados em encerras, dependendo da época do ano, e da disponibilidade de milho, laranja, bergamota, melancia e mandioca, para o engorde dos animais. As famílias possuem em média quatro suínos, produzindo carne e banha para o consumo familiar. No entanto, em alguns casos o número de porcos excede à uma dezena, ocorrendo em muitos destes casos, a comercialização da carne, junto á pessoas “conhecidas” dos assentados, na sede do município, o que vem a incrementar a renda familiar, em certas épocas do ano.



Figura 25: Porcos para engorde.
Fonte: Pesquisas de campo 2011.
Org.: RAMOS, V.G

A criação de abelhas está crescendo no assentamento, proporcionando produção de mel de qualidade, para o consumo familiar, ao longo de todo o ano. Este produto é utilizado “culturalmente” pelas famílias, no “combate” aos sintomas de tosse crônica e gripe. A produção do mel e a criação de abelhas, é relativamente de baixo custo, e apresenta-se com potencial produtivo bastante interessante para o assentamento.

Alguns produtores que já possuem um número maior de caixas já estão praticando a comercialização deste mel, principalmente por meio dos filhos que estudam nas escolas da sede do município.

Pensando as criações de abelhas, suínos e aves (galinhas), no Assentamento, constatamos que estas são importantes fontes de alimentos saudáveis e de baixo custo, para as famílias assentadas, além de proporcionar um incremento na renda familiar, com a comercialização, em alguns casos, ou seja, estas criações contribuem significativamente para o desenvolvimento da produção familiar diversificada, bem como para a segurança alimentar.

4.2.3 - Pecuária Bovina de corte e leiteira

A pecuária bovina é bastante representativa no Assentamento em questão, com ligeira predominância da pecuária leiteira para fins comerciais/industriais que tem uma adesão de até 120 famílias aproximadamente, podendo ocorrer reduções de até 40% nesse total de produtores, em decorrência de fenômenos climáticos, tais como as estiagens, que tem atingido a Fronteira Oeste do estado com frequência nos últimos anos, mesmo assim representando à vasta maioria (mais ou menos 80%) dos produtores de leite para estes fins no município de Manoel Viana.

O leite e seus derivados como o queijo apresentam-se como o “principal” produto comercial de muitas destas famílias, que veem nesta atividade a possibilidade de uma renda mensal, diferentemente do que ocorre com as rendas agrícolas, que se apresentam de modo sazonal.



Figura 26: Situação de estiagem prolongada (ano de 2012) no Assentamento Santa Maria do Ibicuí.
Fonte: Pesquisas de campo 2012

Org.: RAMOS, V.G.

Com a elevada incidência da pecuária no assentamento, podemos concluir que o rebanho bovino seja relativamente “grande” neste local (entre 1500 e 1700 cabeças de bovinos), ocupando grandes áreas dentro do assentamento (com presença ainda mais intensa nas áreas e coxilhas), assim como ocorre na Região da Campanha gaúcha. Porém com um grande diferencial, já que se encontra em pequenas propriedades, e basicamente disposto em “piquetes” de tamanho variado, para proporcionar um maior aproveitamento do lote, que recebe uma espécie de rotação dos animais, onde sempre que possível, um “piquete” está vago, proporcionando assim, a recuperação do pasto.

Conforme a avaliação dos próprios produtores, a qualidade mediana do rebanho afeta diretamente nos índices produtivos (tanto de corte como de leite), no entanto, atinge principalmente a capacidade de produção diária de leite. O rebanho bovino que povoa os campos do Assentamento Santa Maria do Ibicuí é basicamente misto, entre as raças Holandês, Jersey e Gir, apresentando ainda, uma forte incidência de cruzas com Zebuínos (gado de corte), o que gera uma mistura de raças que foge ao controle do produtor.

Nesta pesquisa, consideramos apenas as vacas das raças Gir, Jersey e Holandesa (ou mistas entre estas raças) como gado leiteiro. Vacas com forte influência da raça zebuína não foram consideradas como gado de leite (devido a sua baixa produtividade diária), ou seja, passaram automaticamente a compor a parcela referente ao gado de corte (juntamente com os terneiros, novilhos, bois e reprodutores) que representam pouco menos de 45% do rebanho bovino presente no assentamento.

A baixa qualidade do rebanho é uma consequência negativa para os produtores, que não possuem recursos para tais melhorias, devido a falta de crédito, aos baixos preços pagos pelo leite e pelo gado de corte, além de não possuir a assistência técnica necessária para efetuar correções no rebanho (neste caso, um médico veterinário).

O gado de corte possui duas finalidades para estes produtores: autoconsumo, com troca/venda dentro do próprio assentamento em caso de eventual excedente, ou ainda a comercialização dos bovinos junto à intermediários geralmente oriundos do próprio município de Manoel Viana. A venda de bovinos ocorre em pequeno

número, dificilmente superior à cinco cabeças de um mesmo produtor, o que praticamente inviabiliza outra opção a não ser a comercialização junto aos intermediários, que compram poucas cabeças de gado, porém de vários produtores, até “fechar uma carga” de caminhão para o transporte. Uma solução para romper com tal situação seria uma organização interna entre os produtores, a fim de que se possa reunir um número relativamente elevado de animais para venda, podendo assim vender diretamente à algum frigorífico ou empresa do setor, evitando a “perda” de lucros perante a atuação de intermediários.



Figura 27: Rebanho bovino no Assentamento Santa Maria do Ibicuí.

Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012

Org.: Ramos, V.G 2012

Já a produção leiteira no Assentamento apresenta algumas peculiaridades, que à torna um tanto complexa. Partindo deste pressuposto e visando uma pesquisa representativa, optou-se em aprofundar esta investigação, tomando por base as chamadas “classes produtivas” originadas internamente entre os produtores de leite. Estas “classes” foram apontadas ao longo das entrevistas realizadas junto aos Técnicos da EMATER/ASCAR-RS e a direção da COMAV.

Deste modo, seriam três as “classes” produtivas apontadas para o Santa Maria do Ibicuí, sendo elas: a “classe da elite produtiva” referente aos produtores que realizam uma venda mensal acima de dois mil litros de leite no ápice produtivo e de oitocentos litros mensais durante o período de baixa produção; a “classe média produtiva” que corresponde aos produtores que comercializam acima de mil litros de leite ao mês no ápice produtivo e mais de trezentos litros de leite mensalmente no período de baixa produção; a “classe de baixa produção” que faz referência aos produtores que comercializam abaixo de mil litros de leite ao mês durante ambos os períodos produtivos, ou até mesmo não efetuam a comercialização do leite em alguns meses.

A organização produtiva no assentamento está muito ligada à Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária de Manoel Viana - COMAV, fundada no ano de 2003, tendo como local de funcionamento uma das sedes da antiga Fazenda Santa Maria. O objetivo principal desta organização de produtores é facilitar a compra de produtos básicos para a produção, tais como sementes e adubos e dar impulso na comercialização dos produtos oriundos do assentamento em questão. Hoje a COMAV possui aproximadamente 60 associados, em sua maioria produtores de leite, tendo na mensalidade o maior empecilho para que se tenha um contingente de sócios mais amplo.

Esta entidade é a responsável pela articulação entre os produtores de leite no assentamento e a empresa responsável pelo processamento do produto, visto que a COMAV coleta, armazena e entrega o produto, além de receber os pagamentos referentes à produção de todas as famílias, pois neste caso, a Elegê não negocia com pequenos produtores individualmente.

A coleta é realizada a cada dois dias, devido ao significativo número de produtores, dependentes de um único caminhão comprado com verbas públicas, através de um convênio entre o governo federal e a Prefeitura Municipal, especificamente para atender aos assentados, realizando a coleta do leite em dias alternados, entre os lados Sul e Norte do assentamento, atendendo a todos os produtores, e não somente aos sócios da cooperativa.

O leite é recolhido e armazenado na sede da cooperativa, onde encontram-se resfriadores, sendo estes pertencentes à própria cooperativa, ou cedidos pela Elege, com a finalidade de garantir a estocagem do leite até que seja efetuada a coleta do produto pelo veículo da empresa, coleta esta que ocorre três vezes na semana, já

que o assentamento não produz diariamente o suficiente para encher o caminhão da empresa.

As instalações desta cooperativa encontravam-se precárias, até que no ano de 2008 foram realizadas reformas, viabilizadas em um convênio entre a entidade, a prefeitura municipal e a Elege, que ainda concedeu o empréstimo de mais um resfriador à cooperativa, o que de certo modo amplia ainda mais a dependência em relação à empresa.



Figura 28: Coleta e armazenagem do leite no assentamento Santa Maria do Ibicuí.

Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012

Org. Ramos, V.G. 2012

Do mesmo modo como ocorre em outras atividades produtivas, os meios de produção e os recursos oriundos da cadeia leiteira acabam por concentrar-se nas mãos de poucos, no local em questão, conforme podemos observar, nos dados produtivos utilizados nesta pesquisa, referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2011, onde respectivamente os três primeiros meses correspondem à um período de ápice produtivo e os três últimos meses à um momento de baixa produção no Santa Maria do Ibicuí, isto devido as condições climáticas (estações do ano) que agravam-se pela baixa capitalização dos produtores, aliado à falta de conhecimentos técnicos, o que propicia a intervenção direta do clima sob a produção. Esta concentração dos meios de produção e da própria renda proveniente do leite, nos deixa um questionamento: isto não iria contra os propósitos da Reforma Agrária? Uma área pensada e elaborada para reduzir os abismos sociais existentes em nosso país, serve como “campo de atuação” para grandes empresas que visam ao lucro, sem maiores preocupações com as consequências a partir de tais práticas produtivas.

Juntas, as três classes produtivas¹⁹ comercializaram aproximadamente 300 mil litros de leite durante o período analisado. Ao realizarmos uma comparação entre os dados, percebemos que uma pequena parcela de produtores (oito) comercializou mais de 140 mil litros de leite (aproximadamente 47% da produção), fazendo com que a maioria dos produtores (98) comercializasse “apenas” 160 mil litros de leite (aproximadamente 53% da produção), comprovando assim, a concentração dos recursos provenientes da atividade leiteira no assentamento.

Estas extremas desigualdades entre as classes produtivas são consequências de problemas que afetam diretamente todos os produtores do assentamento em questão, porém podendo se apresentar de maneiras ou intensidades distintas.

Independentemente da classe produtiva, podemos destacar algumas problemáticas que atingem diretamente a todos os produtores entrevistados, tais como os problemas referentes à: pouca disponibilidade de crédito e déficit na assistência técnica (que afetam o Assentamento de modo geral, como já foi tratado anteriormente), a baixa mecanização e precariedade das instalações para a produção e os altos preços dos insumos para produção.

As ordenhadeiras elétricas e os resfriadores à granel para a armazenagem do leite são considerados equipamentos básicos para a atividade leiteira, no entanto, na situação em questão, estes equipamentos não são utilizados pela grande maioria dos produtores, restringindo-se à elite produtiva e a alguns produtores da classe média produtiva, que economizam tempo e realizam um trabalho com melhores condições de higiene, sendo a ordenha dos animais realizada duas vezes ao dia, ocorrendo em locais propícios para tal, geralmente em galpões com piso, repartições, luz elétrica e os equipamentos de ordenha e armazenagem.

¹⁹ Durante o período analisado, 106 produtores comercializaram leite.



Figura 29: Situações contraditórias quanto aos locais para ordenha no Santa Maria do Ibicuí.

Fonte: Trabalhos de campo 2007/2012

Org.: Ramos, V.G. 2012

Diante à estes problemas e as necessidades de aumento na produção da maioria das famílias, ainda temos a questão dos baixos preços pagos pelo leite, que se deve em grande parte à falta de concorrência entre as indústrias do setor leiteiro, e aos intermediários que sempre visam o lucro, no percurso do produto primário até o mercado consumidor. A produção leiteira deste local possuía apenas um destino possível, até agosto de 2009, quando a Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUI) unidade de Manoel Viana decidiu entrar na concorrência para compra da produção leiteira do assentamento em questão, porém, seus preços ficaram muito aquém dos oferecidos pela empresa Elege pertencente ao Grupo Perdigão S/A, o que pressionou os produtores à manterem a situação na qual se encontravam.

Podemos afirmar, que os problemas enfrentados no Santa Maria do Ibicuí, quanto à produção leiteira, são os mesmos para todos os produtores, no entanto, apresentam-se de formas e intensidades distintas. Como é o caso da variação produtiva que ocorre durante os ápices produtivos, e os períodos de baixa produção, onde a elite produtiva, por exemplo, sofre uma intensa redução na renda familiar, proveniente do leite, no entanto, ainda obtém um valor satisfatoriamente elevado, ao menos para custear as despesas domésticas.

Já a classe média produtiva que durante o ápice produtivo consegue custear a maioria das despesas com a renda proveniente do leite, nos períodos de baixa produção demonstra-se com uma renda muitas vezes inferior aos R\$ 200,00, o que impossibilita à manutenção familiar apenas com esta renda, necessitando assim, em complementos oriundos de outras atividades produtivas,

No entanto, a classe baixa produtiva apresenta-se no decorrer de ambos os períodos, com uma renda relativamente baixa, tornando o leite um complemento na renda familiar, que passa à depender das atividades agrícolas e até mesmo da venda da mão-de-obra.

Após uma compreensão das condições produtivas em cada classe produtiva, se faz por obrigação, uma relação entre os reflexos²⁰ da produção leiteira e as demais atividades econômicas destas famílias. Ao contrário do que se pode pensar, as famílias da elite produtiva, são aquelas menos dependentes da produção leiteira, visto que fazem uso dos recursos oriundos do leite para incrementar outras atividades, geralmente agrícolas, o que lhes proporciona maiores rendas sazonais.

A classe média produtiva já apresenta uma maior dependência em relação ao setor leiteiro, que se apresenta como a principal fonte de renda, porém com complementos de outras atividades, que do mesmo modo, não se apresentam muito rentáveis, pela falta de investimentos. A situação mais preocupante é a classe baixa produtiva, que apresenta uma ampla dependência da produção leiteira, marcada pela falta de investimentos, que também prejudica as outras atividades desenvolvidas por estas famílias.

Portanto pode-se dizer que quanto maior a incidência da atividade leiteira entre os assentados, maiores são seus avanços em direção a uma produção diversificada, mesmo que em volumes reduzidos, apenas para consumo próprio ou comercialização de pequenos excedentes.

A produção leiteira nesta comunidade apesar de alguns pontos negativos demonstra a capacidade organizativa e associativa dos assentados em questão, à medida que os mesmos implantaram uma atividade produtiva comercial, até então inexistente no município, representando um importante incremento econômico para as famílias assentadas. Esta produção, no entanto, já inspira a preocupação das famílias ficarem a mercê do monopólio da indústria de laticínios, que configura um dos principais problemas para a atividade produtiva do leite na maior parte do Brasil.

Consideramos também a questão da organização do cooperativismo no assentamento que de certa forma é freada pelo vasto número de famílias que compõem este, onde não se consegue formular um objetivo comum, como ocorria nos tempos de luta pela terra.

²⁰ A produção leiteira gera “reflexos” sobre as demais atividades produtivas, principalmente por sua abrangência (aproximadamente 120 famílias) dentro do assentamento.

Com isso no momento em que percebe-se uma concentração destes recursos oriundos do leite, constata-se um grave problema para a manutenção da atividade leiteira no local, visto que os poucos produtores da “elite produtiva” não conseguem obter uma produtividade suficiente para manter o convênio com a Elege.

4.2.4 – Criação de equinos

A ampliação e a consolidação da pecuária como atividade produtiva no Assentamento fez crescer também a presença dos equinos no local. Atualmente, aproximadamente 40% das famílias possuem cavalos (geralmente 1 ou 2 animais, no caso de possuir), que são utilizados para “tocar” o gado, ou como meio de transporte dentro do próprio assentamento. Muitas famílias julgam desnecessária a presença do cavalo, pois argumentam que seus rebanhos bovinos não são muito numerosos, compostos por animais de raças consideradas “mansas” (holandês, Jersey e gir), e que seus lotes não são de grandes dimensões, para exigir a montaria em cavalos, que também ocupariam espaço na propriedade, reduzindo assim a “capacidade” produtiva da área.

4.2.5- Cultivos para consumo “interno no lote” com comercialização de excedente

Diante da elevada incidência da pecuária no Assentamento, se faz necessário também o cultivo de produtos que venham a contribuir com a alimentação dos animais, em decorrência das pequenas dimensões dos lotes, da baixa qualidade das pastagens naturais e das secas corriqueiras que atingem a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

As forragens apresentam-se de modo bastante intenso no assentamento, servindo de alimentação “básica” para os bovinos. Dentre as forragens mais comuns cultivadas na área, temos: aveia, milho, braquiária, azevem e capim italiano. Atualmente dentre os produtores das áreas de coxilhas, mais de 60% cultivam ao menos duas destas forragens, que veem a contribuir na alimentação do rebanho bovino, proporcionando uma produção leiteira mais volumosa e o engorde do gado de corte quando necessário. Estas forragens são cultivadas ao longo do ano

(inverno e verão) em áreas bastante variadas dentro do assentamento, geralmente ocupando de 3 à 6 hectares, no entanto, em alguns casos, onde a pecuária leiteira é mais intensa, pode chegar à até 20 hectares dentro do lote.

A preparação da terra se dá com o uso de equipamentos agrícolas geralmente locados (pertencentes à COMAV, ou em alguns casos à assentados que adquiriram tais equipamentos), não apresentando adubação muito intensa, em decorrência da falta de recursos financeiros. Um pequeno percentual dos produtores que cultivam áreas maiores e não as utilizam por completo, guardam partes das sementes, para o uso no próximo ano, ou para comercializar/trocar com outros assentados.

Além das forragens, temos outros produtos com presença marcante no assentamento, como o caso da cana de açúcar, que está presente em aproximadamente 70% dos lotes, servindo de alimentação básica para bovinos.



Figura 30: Cultivo de cana de açúcar no assentamento.

Fonte: Pesquisas de campo 2011.

Org.: RAMOS, V.G

Por se tratar de um produto bastante rentável, sua produção ocorre em áreas bastante reduzidas, raramente excedendo 1,5 hectares. A preparação da terra e o cultivo geralmente se dá por meio de equipamentos simples e tração animal, devido às pequenas dimensões cultivadas.

Outro cultivo de presença interessante no Assentamento é a melancia de porco, utilizada como alimentação para as criações de suínos (presente em muitos dos lotes, como tratado em outro item deste capítulo). Uma das maiores vantagens deste produto na alimentação de suínos é seu custo benefício, já que exige pequenos investimentos por parte do produtor, e garante uma produtividade elevada, que proporciona alimentação aos suínos por um longo período do ano. Atualmente, aproximadamente 60% dos criadores de suínos, cultivam este produto para tais finalidades.



Figura 31: Suínos sendo alimentados com melancia de porco
Fonte: Pesquisas de campo 2011
Org.: RAMOS, V.G

Produto semelhante à melancia de porco e a cana de açúcar, é a mandioca (também tratada em outro item deste capítulo, referente à produção para consumo

familiar), pois ambos exigem baixos investimentos por parte do produtor (cultivo geralmente manual, com baixas aplicações de insumos, para não dizermos inexistentes), são cultivados em pequenas áreas, com grande produtividade, são amplamente resistentes às situações de estiagens, e proporcionam alimentação de qualidade para as criações de bovinos e suínos. A mandioca marca presença em mais de 80% dos lotes do assentamento, muitas vezes associada à outros cultivos, como a batata doce, cana de açúcar, milho, dentre outros.



Figura 32: Cultivos de mandioca e milho no Assentamento.

Fonte: Pesquisas de Campo 2012

Org.: RAMOS, V.G.

Já o caso do milho, deve ser abordado de um modo um tanto distinto, quando falamos do Santa Maria do Ibicuí, nos exigindo um retrocesso lá nos primeiros anos do assentamento (entre 2000 e 2003), onde boa parte das famílias dedicaram-se às monoculturas comerciais de milho e soja. Esta situação, aliada a ocorrência de estiagens e a falta de recursos, fez com que muitas famílias não conseguissem adaptar-se ao local, e ainda praticamente extinguiu as linhas de crédito para os assentados em questão.

A partir de então, a produção de ambos os produtos passou a sofrer reduções no assentamento, concomitantemente à existência de uma maior diversificação produtiva. Atualmente, o milho é um dos principais cultivos das áreas de coxilhas no Santa Maria do Ibicuí, no entanto, representando uma área significativamente menor em relação a soja, fazendo com que este cultivo deixa-se de ser uma monocultura comercial dentro do assentamento, e se torna-se um cultivo para consumo interno dentro do lote (alimentando bovinos, suínos, aves e equinos), com a comercialização do excedente produtivo, junto às cooperativas vianenses. Conforme informações obtidas junto à COTRIJUI²¹, unidade Manoel Viana, a comercialização do milho junto à mesma, é cada vez menor por parte dos assentados.



Figura 33: Paiol para armazenagem de milho
Fonte; Pesquisas de Campo 2012
Org.: RAMOS, V.G.

²¹ A Cooperativa não disponibilizou valores e números, apenas comentou a situação de modo geral, com relação aos produtores oriundos do assentamento. Levamos em consideração à COTRIJUI, por ser a instituição mais citada pelos assentados entrevistados.

4.2.6 - Monoculturas exclusivas para comercialização

Estas representam um risco para a produção familiar, nos Assentamentos de reforma agrária, causando a dependência produtiva e o endividamento do agricultor, em muitos casos, como já ocorreu neste local.

O trigo, um cultivo de inverno, muito desenvolvido no Sul do Brasil, apresenta-se de modo tímido, nas áreas de coxilhas do Assentamento. Sua produção é desenvolvida em aproximadamente 25% dos lotes, em pequenas áreas, dificilmente excedendo as 10 hectares. Sua incidência já foi maior dentro do assentamento, no entanto, a baixa produtividade, geralmente motivada por fatores climáticos e pela falta de crédito para investimentos, acabou afastando muitos produtores, deste cultivo, que requer o uso de maquinários e insumos agrícolas, que tornam a sua produção ainda menos lucrativa para o pequeno produtor. A comercialização desta produção ocorre junto às cooperativas da sede do município, que revelam a “decadência” desta prática produtiva no Santa Maria do Ibicuí. Decadência esta, que se observada a partir do ponto de vista da Agricultura Familiar, provavelmente seja um passo na direção da consolidação e fortalecimento de uma produção verdadeiramente familiar, diversificada e de qualidade, que vise principalmente o bem estar da família, e não privilegia a adoção de monoculturas.

O cultivo do arroz, também já foi bastante intenso no Santa Maria do Ibicuí, onde existem aproximadamente 800 hectares de várzeas alagadiças, ao longo do leito dos Rios Ibicuí e Piraju, propícias para a rizicultura. Antes mesmo da implantação do Assentamento, estas áreas já eram cultivadas com arroz. Entre os anos de 2000 e 2010, estas várzeas foram cultivadas por uma empresa de Manoel Viana, sob o regime de parceria, no entanto, o Incra e o Ministério Público julgaram como irregulares os contratos firmados entre os assentados e a referida empresa. Tal situação levou à apreensão do arroz da safra de 2010, além do recolhimento de tratores e equipamentos agrícolas encontrados na lavoura de arroz, durante a fiscalização dos órgãos públicos.

Além disso, os arrendatários (supostos parceiros) ainda foram autuados por crime ambiental, visto que boa parte das áreas cultivadas constituíam Áreas de Preservação Ambiental – APP, não respeitadas, o que agravava os processos de erosão e assoreamento junto aos Rios Ibicuí e Piraju.

A partir de então, a dita parceria deixa de existir. Desta forma, as várzeas passam a ser exploradas unicamente pelos assentados, que ampliam as áreas de pecuária em direção as várzeas, visto que a produção do arroz, de modo convencional, exige elevada mecanização, além de ser considerada de alto risco no local, em decorrência da situação de assoreamento intenso em ambos os rios, o que tornam as inundações um tanto frequentes, podendo comprometer toda a produção.



Figura 34: Acúmulo de lixo e desmatamento das margens do Rio Ibicuí.

Fonte: Pesquisas de campo 2011.

Org.: RAMOS, V.G.

Nos anos de 2011 e 2012, não houve plantio de arroz no Assentamento, no entanto, neste ano, foram dados os primeiros passos para a implantação da produção de arroz orgânico na referida área do assentamento, como já ocorre em outras áreas de reforma agrária em nosso estado. A partir de então, foi criada a Associação dos Produtores Orgânicos do Assentamento Santa Maria do Ibicuí (que não se restringe a produção do arroz), por meio da qual será viabilizada a introdução desta prática produtiva, seguindo moldes orgânicos. Para a safra 2013, já está projetada a exploração de uma área experimental, em torno de 50 hectares, para

que assim torne-se possível retomar a exploração de uma das áreas de solos mais férteis dentro do assentamento, e que se explorada corretamente (respeitando as limitações ambientais) pode proporcionar muitos ganhos produtivos para os assentados.



Figura 35: Cultivo de Arroz no Santa Maria do Ibicuí.

Fonte: Pesquisas de campo 2007/2009

Org.: RAMOS, V.G.

A produção de soja, hoje é a principal cultura comercial dentro do assentamento, mesmo em decadência produtiva (estando hoje entorno das 500 hectares), como ocorre com o trigo e o milho, para estes fins. Nos primeiros anos, após a chegada dos assentados (período entre 2000 e 2003), o principal produto cultivado no Santa Maria do Ibicuí, foi a soja, visto que os assentados em questão eram geralmente provenientes de áreas habituadas a tal cultivo.

No entanto, esta atividade produtiva obteve péssimos índices de produtividade, em decorrência da falta de capital para realizar as correções necessárias no solo, falta de conhecimento técnico por meio dos assentados, em relação aos solos da região, pela deficiência na assistência técnica, e ainda coincidiu

com um período de chuvas bastante irregulares. Isto gerou um grande endividamento por parte dos produtores, o que até os dias de hoje ainda trazem problemáticas, principalmente relacionadas à obtenção de crédito (principalmente via Pronaf), atualmente concedido a menos de 10% dos assentados.



Figura 36: Lavoura cultivada com soja.

Fonte: Pesquisas de campo 2012.

Org.: RAMOS, V.G.

A produção da soja exige muitos “esforços” por parte do produtor, para a locação de maquinários agrícolas nas épocas de preparação do solo, manutenção da lavoura e colheita, o que requer disponibilidade de capital. Além dos altos custos, ainda temos a questão das dimensões dos lotes. Como haveria de ser viável, permanecer durante boa parte do ano, com um grande percentual do lote ocupado com a monocultura da soja, estando sujeito à atuação do clima, que pode proporcionar uma baixa na produtividade, trazendo prejuízos ao produtor, que dificilmente possuiria alternativas para obtenção de renda por meio de outras práticas produtivas no lote. Desta forma, somos levados a considerar que a cultura

da soja, bem como as demais, apresentam-se como uma ameaça aos princípios da agricultura familiar, baseada na diversidade produtiva.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de (re)territorialização dos agentes sociais excluídos do campo, devido aos modelos de ocupação do território brasileiro, ou mesmo pelas desigualdades impostas pelo sistema capitalista, deve-se em grande parte a ação de movimentos sociais, com destaque para o MST, que luta e faz pressão sob os órgãos públicos, que muitas vezes encontram-se sob domínio da oligarquia agrária, que demonstra aversão à reforma agrária.

Mas este processo de (re)conquista da terra, se torna árduo e tardio, visto que a ineficácia do poder público diante as demandas por terra obriga estes agentes hoje assentados, a permanecer um período superior à três anos em acampamentos.

Apesar destes problemas citados acima, que se retratam muitas vezes em vontade política, a reforma agrária demonstra-se eficaz, possibilitando que áreas antes utilizadas para atividades de produção extensiva, com índices produtivos insatisfatórios, hoje se consolidem como assentamentos de reforma agrária, onde dezenas, centenas e milhares de famílias produzem seus alimentos, com qualidade e dignidade, podendo consumir produtos saudáveis e ainda comercializar seus excedentes.

O assentamento Santa Maria do Ibicuí representa muito bem estes relatos acima tratados, desde o histórico das famílias assentadas, ao processo de consolidação deste assentamento e as condições em que se encontra hoje, permitindo que famílias assentadas tenham acesso à saúde e educação que aliados a outros fatores, se revertem em qualidade de vida, que dificilmente seria obtida em centros urbanos.

As atividades produtivas apresentam-se com grandes diversidades dentro do Assentamento. Boa parte desta situação pode ser explicada por meio das condições de adaptação das famílias ao local, visto que em sua maioria são provenientes de outras regiões, e acima de tudo, o modo como conseguem “driblar” os problemas enfrentados, onde podemos destacar a demanda por uma assistência técnica voltada para a produção familiar.

No entanto, as famílias ali assentadas conseguem dar uma resposta produtiva à sociedade. Maior exemplo disso foi o potencial de organização destes assentados,

que inseriam a produção leiteira no município de Manoel Viana, que até então não possuía tal produção para fins industriais. A proporção de famílias produzindo leite poderia ser muito maior, se não fossem os tantos problemas enfrentados para tal, onde destacam-se a falta de crédito, assistência técnica para pecuária e os baixos preços pagos pelo leite ao produtor, mas mesmo assim, a produção leiteira neste assentamento vem servindo de modelo para outras áreas do município, que após observarem os mecanismos de produção do assentamento em questão, sentiram-se estimuladas à tal atividade produtiva, que se demonstra propícia e promissora, para as vastas áreas de campos desta região, o que contribuiria em grande parte para a conservação dos solos e dos recursos hídricos do Sudoeste rio-grandense, muito afetados pela arenização, que aumentou consideravelmente após a introdução em larga escala da lavoura comercial nesta região.

No entanto, como poderíamos falar de uma área de produção familiar, se não considerássemos a importância da produção para autoconsumo, que se apresenta de modo bastante intenso e diversificado dentro do Assentamento, que conta com áreas cada vez menores de monoculturas comerciais, demonstrando, a priorização (ou até mesmo, imposição, em certos casos) pela produção para consumo familiar, com a comercialização do excedente produtivo. Isto proporciona uma ampla oferta de alimentos para o consumo familiar, além de um incremento na renda familiar.

No entanto, vale ressaltar, que as famílias assentadas ainda apresentam-se expostas a uma série de problemas, onde podemos destacar a falta de crédito e a precariedade da assistência técnica. A partir do momento em que houver um esforço conjunto, entre EMATER/ASCAR-RS, Secretaria Municipal de Agropecuária e os poderes públicos estaduais e federais, teremos nesta área, um grande movimento rumo a consolidação destas famílias como unidades de produção familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Desenvolvimento Agrário em Questão: 2º ed.:** Campinas: EDITORA HUCITEC, 1998. 275 P.

ALVES, F.D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria: 2006.

_____. Silveira, V.C.P; Ferreira, E.R. **Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais:** os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

ANDRADE, M. C. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1980.

BALSAN, R. **Conversão para agricultura alternativa dos sistemas de produção familiar, em áreas suscetíveis a processos de degradação. O caso do 5º Distrito, do município de São Francisco de Assis – RS.** 1999.104 p. Monografia (Especialização em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria. 1999.

BARRIOS, A. **Análise das transformações na produção leiteira de Carazinho, RS sob a influência da Parmalat.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio grande do Sul. Brasil: 2009.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238 p.

BLOG ASSISENSE. Disponível em <<http://assisenses.blogspot.com.br/2011/08/atencao-servico.html>> Acesso em maio de 2012.

BUTH, F; CORRÊA, W.K. **Assentamentos:** Elementos de reconfiguração territorial de um movimento social. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº02, p. 24 - 37, jun/2006

CASSOL, K.P. **Análise Socioeconômica do Assentamento Carlos Mariguela, Santa Maria – RS.** Trabalho de Graduação (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria. Brasil: 2007.

CONCEIÇÃO, A. K. et al. **Programa de recuperação do assentamento.** Manoel Viana 2009, 47P.

CORRÊA, W.K. **Expressões de (re)territorialização dos assentamentos rurais em Santa Catarina.** Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº02, p. 24 - 37, jun/2006.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária do governo Lula. P. 273 – 294. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M.. (Org.) **O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. RIO GRANDE DO SUL, RS, 2007. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 05 de outubro de 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991

GÓMEZ, G.R.; FLORES, J.G. E JIMÉNEZ, E.G. **Metodologia de investigación cualitativa.** Barcelona, Ediciones Aljibe, 1996.

GÖRGEN, S. e STÉDILE, J. P. **La lucha por la tierra en Brasil.** Barcelona: Comité de apoio ao MST, 1998.

GRAZIANO da SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 2a Edição.

_____. **O que é Questão Agrária.** São Paulo, SP: Ed. Brasiliense.1993.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**: Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1966. 372 P.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói, RJ: Ed. EDUFF, 1997.

_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

_____. **Da Desterritorialização À Multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. Anais... . São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em <[http:// www.incra.org.br](http://www.incra.org.br)>. Acesso em 29 de setembro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em <[http:// www.incra.org.br](http://www.incra.org.br)>. Acesso em junho de 2012.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Petropolis: Ed. Vozes, 1981.

JORNAL CORREIO DO POVO. Disponível em <www.correiodopovo.com.br> Acesso e maio de 2012.

JORNAL ZERO HORA (zh). Disponível em <www.zerohora.clicrbs.com.br> Acesso em maio de 2012.

LAKATOS, E. M; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, S. **Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petropolis, RJ:

Vozes, 1997, p. 157-176.

LOSEKANN, M. B. **Reforma Agrária e transformações espaciais: o caso do Assentamento Santa Júlia, Julio de Castilhos – RS. Trabalho de Graduação (Graduação em Geografia).** Universidade Federal de Santa Maria. Brasil: 2008.

MARTINS, J. de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2004.

MEDEIROS, L.S.de. **Reforma Agrária no Brasil: História e Atualidade da Luta pela Terra.** São Paulo, SP: Ed. Fundação Derseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L.S.de; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 1999.

MENEZES, E.M; SILVA, E.L da. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis, SC: EDUFSC, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Disponível em <www.mst.org.br> Acesso em maio de 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

_____. O campo brasileiro no final dos 80. P. 45 – 67. *In*: STÈDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

PADULA, A.D. et al. **A cadeia de suprimento no setor agroindustrial leiteiro no Rio Grande do Sul: uma análise das estratégias empresariais frente ao MERCOSUL.** 1998, 218 – 231.

PENTEADO, Marilene de Vuono Camargo. **Vitaminas - Aspectos Nutricionais, Bioquímicos, Clínicos e Analíticos.** São Paulo: Ed. Manole, 1º Edição, 2003.
Editora: Manole

PESAVENTO, S. J. **A história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1997.

PORTAL UOL NOTÍCIAS. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/08/23/apos-ocupacao-da-fazenda-presidencia-recebe-mst-via-campesina-faz-aco-es-em-17-estados.htm>> Acesso em maio de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA. RIO GRANDE DO SUL – RS, 2009. Disponível em <http://www.manoelviana.rs.gov.br/web/>. Acesso no segundo semestre de 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO. Disponível em <<http://www.creditofundiario.org.br>>. Acesso em 29 de setembro de 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema - região do Pontal do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

REIS, J. T. **As relações sociedade e natureza na perspectiva da preservação dos recursos naturais em unidades de produção familiar rural, nos municípios de Erval Seco, Liberato Salzano e Pinhal – RS**. 2004. 116 p. Monografia (Especialização em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria. 2004.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do Território – Agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SAMPAIO, P.A. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. P. 239 – 334. *In*: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M.. (Org.) **O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

SILVA, E.C. da; TSUKAMOTO, R. **A produção leiteira e as políticas públicas**. *In*: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 2007, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007, 20P.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia & Agricultura Familiar**: Porto Alegre: ED. UNIVERSIDADE/ UFRGS, 1999. 238 P.

SOUTO, J.J.P. **Deserto, uma ameaça?:** estudo dos núcleos de desertificação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: ED. UNIVERSIDADE/UFRGS, 1985. 169 P.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo : UNESP, 2004

SUERTEGARAY, D. **Deserto Grande do Sul:** controvérsia. 2º Ed. Porto alegre: ED UFRGS, 1998.

TEÓFILO, E. **A Necessidade de uma Reforma Agrária Ampla e Participativa para o Brasil.** São Paulo, SP: Ministério do desenvolvimento Agrário, Ed. Abaré, 2002.

VILELA, D. et al. Políticas para o leite no Brasil: passado, presente e futuro. In: Leite: SIMPÓSIO SOBRE SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO SUL DO BRASIL. 2002, Maringa. Anais... Maringa: UEM/CCA/DZO – NUPEL, 2002. 212P.

WIZNIEWSKY, C.R.F. **Reforma agraria y asentamientos en Brasil: el caso asentamientos de reforma agraria en Capão do Leão, RS.** Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Universidade de Córdoba. Espanha: 2001.

ANEXOS